

**AUTARQUIA EDUCACIONAL DO BELO JARDIM-PE  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E APLICADAS DO BELO JARDIM-PE  
DEPARTAMENTO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA  
E SUAS TECNOLOGIAS**

**NAS TRILHAS DO SILÊNCIO  
UMA HISTÓRIA SOBRE A CONJUNTURA POLÍTICA DE LAJEDO – PE  
DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL 1964 – 1985**

**JADSON DE ALMEIDA SILVA**

**BELO JARDIM – PE**

**2014**

JADSON DE ALMEIDA SILVA

NAS TRILHAS DO SILÊNCIO  
UMA HISTÓRIA SOBRE A CONJUNTURA POLÍTICA DE LAJEDO – PE DURANTE A  
DITADURA MILITAR NO BRASIL 1964 – 1985

Monografia apresentada ao Curso de Pós - graduação em Ensino de História e suas Tecnologias da Faculdade de Ciências Humanas de Belo Jardim FABEJA, sob a orientação da Professora Dr.<sup>a</sup> Maria do Bom Parto Ferreira, como requisito parcial para conclusão do Curso.

BELO JARDIM - PE

2014

AUTARQUIA EDUCACIONAL DO BELO JARDIM-PE  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E APLICADAS DO BELO JARDIM-PE  
DEPARTAMENTO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA E  
SUAS TECNOLOGIAS

JADSON DE ALMEIDA SILVA

NAS TRILHAS DO SILÊNCIO  
UMA HISTÓRIA SOBRE A CONJUNTURA POLÍTICA DE LAJEDO – PE DURANTE A  
DITADURA MILITAR NO BRASIL 1964 – 1985

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Aplicadas do Belo Jardim, para obtenção do título de Pós - graduação em Ensino de História e suas Tecnologias, aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Maria do Bom Parto Ferreira Burlamaqui Proa  
(Orientadora)

---

George Pereira da Silva  
(Examinador)

---

João Estevão da Silva  
(Examinador)

Dedico a Deus, fonte de toda minha inspiração, aos meus familiares, minha noiva Lucicléia Pereira, a todos os professores da minha vida acadêmica, em especial a professora Maria Ferreira, a todos que contribuíram para a produção deste trabalho e a todos que lutaram durante os 21 anos do regime militar e deram a vida com o sonho de que pudéssemos viver em um país melhor.

Seu amor me deixa cada vez mais forte,  
seu ódio, me torna incansável.

Autor desconhecido

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por estar sempre comigo em todos os momentos, desde as mais belas manhãs até as noites mais sombrias de minha existência.

Aos meus pais Geraldo de Almeida e Maria José Silva e meus familiares por acreditarem que mais este sonho seria possível de se realizar.

A minha noiva Lucícléia Pereira dos Santos, fiel e paciente companheira de todos os momentos sejam de bonança ou de dificuldades.

Aos professores dos cursos de graduação e Pós – graduação, amigos que compartilharam seus conhecimentos e nos fizeram acreditar que também temos potencial.

A professora Maria do Bom Parto Ferreira, orientadora que contribuiu de maneira salutar não apenas para a realização deste trabalho, mas que, me fez acreditar que devemos procurar voar cada vez mais alto.

Ao companheiro e incrível ser humano Adelmo Torres, que mesmo distante se mostrou prestativo de uma maneira surpreendente ao enviar documentos que foram de extrema utilidade para a produção desta pesquisa sem contar as inúmeras horas de conversas por telefone.

A Secretária da Câmara de Vereadores José Vital dos Santos Linete Nunes de Albuquerque e a Coordenadora de Controle Interno Maria Michelly da Silva, pessoas que se dispuseram sem nenhum empecilho durante as várias manhãs que precisamos ir a Câmara de Vereadores pesquisar no arquivo da casa, os documentos que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Enfim a todos os entrevistados durante a pesquisa e a todos aqueles que contribuíram para a concretização deste trabalho, deste ideal, que só foi possível chegar à finalização do mesmo, por meio do trabalho coletivo e de várias mãos, mentes e corações abençoados, que surgiram no decorrer desta jornada.

## **RESUMO**

O presente trabalho pretende analisar e discutir a conjuntura da política da cidade de Lajedo – PE no período da Ditadura Militar no Brasil de 1964 – 1985. Como se alinham os principais grupos políticos da cidade e como o Regime Militar se fez sentir em uma pequena cidade o interior de Pernambuco, são enfoques dados nesta pesquisa, que, também propõe levantar uma problemática através do estudo desse micro-espço, no que se refere à importância que o apoio político vindo das pequenas cidades do país teve para a manutenção dos militares no poder durante 21 anos. Neste sentido, procuramos através das relações do contexto micro e macro histórico, buscar evidências que nos ajude a compreender as influências deste período tão marcante para o Brasil no século XX.

Palavras chave: Regime Militar – Política Local – Sociedade

## **ABSTRACT**

The present work aims to analyze and discuss the situation of the city of Lajedo policy - PE during the Military Dictatorship in Brazil, 1964 - 1985. How have lined the main political groups in the city and how the military regime has made itself felt in a small town the interior of Pernambuco, approaches are given this research, which also proposes raising an issue through the study of this micro-space with respect to the importance that political support coming from small towns in the country had for the maintenance of the military in power for 21 years. In this sense, we seek through relations of micro and macro historical context, look for evidence that helps us understand the influences of this so remarkable period for Brazil in the twentieth century.

**Keywords:** Military Regime - Local Politics - Society

## SUMÁRIO

Introdução.....	09
Capítulo I O cenário político de Lajedo de 1949 a 1965 .....	14
1.1 Março de 1964.....	19
Capítulo II – Unidos pelas ideias: a política lajedense depois do Golpe Militar de 1964.....	24
2.1 As marcas do Regime Militar .....	29
2.2 Tudo sob controle.....	31
2.3 O Judiciário também está com os militares .....	33
Capítulo III – Novas forças políticas e o Regime Militar .....	35
3.1 As eleições do voto branco .....	36
3.2 A luta continua.....	38
3.3 Uma mudança nos rumos da política lajedense .....	40
Capítulo IV – Apoio ao Regime Militar e as novas ideias .....	43
4.1 Um, dois, três, quatro.....	44
4.2 As eleições de 1982.....	46
Considerações Finais .....	50
Fontes Primárias e Bibliografia.....	51

## INTRODUÇÃO

Os fatos ocorridos no Brasil em primeiro de abril de 1964 dificilmente serão esquecidos. Nesta data, militares apoiados por importantes segmentos da sociedade deflagraram um golpe de estado que destituiu um presidente constitucionalmente eleito e instalaram um regime ditatorial que perdurou por vinte e um anos, marcando profundamente a história política do país no século XX. Prisões, exílios, torturas, autoritarismo, censura, assassinatos, desaparecimento de corpos, são exemplos das práticas exercidas pelos militares durante os anos que estes estiveram no poder. O Brasil e os brasileiros não seriam mais os mesmos depois do Regime Militar. Contudo, muitos silêncios permanecem, principalmente quando não sabemos o que aconteceu durante o comando militar em pequenas cidades do interior, uma vez que este tema é tratado, na maioria das vezes, levando em consideração apenas os fatos ocorridos nos grandes centros urbanos do país.

O declínio do Regime [...] e os movimentos que proporcionaram o retorno gradativo da democracia só começaram a ocorrer no final da década de 1970. Os movimentos sindicais e estudantis se reorganizaram, partidos de esquerda ressurgiram. As Comunidades Eclesiais de Base e vários movimentos de bairro, de mulheres e negros contribuíram para fortalecer as oposições ao regime. Em 1979 foi decretada a anistia [...] e uma reforma política autorizou a volta ao pluripartidarismo. Nos primeiros anos da década de 1980 a inflação, a recessão, o desemprego e a paralisação da economia levaram as forças democráticas a se lançarem em um movimento para apressar a redemocratização: as campanhas das Diretas Já. Em 1985, Tancredo Neves foi eleito presidente da República e a ditadura definitivamente derrotada.

Entretanto, 50 anos após o golpe, o tema continua sendo encarado com ressalvas por parte da população. A atuação da Comissão da Verdade é uma ótima oportunidade para que esse passado seja incorporado com mais intensidade em nossa sociedade. Em alguns momentos, parece existir pouco interesse por parte da população com relação ao nosso passado político. E isso contribui para que muitos silêncios ainda existam. A memória daqueles que sofreram durante o regime, às vezes, parece ser contraditória com as várias evidências existentes tornando-se assim um problema, pois na maioria das vezes não contribui para a compreensão da história recente do país. Porém, é bem verdade que interesses diversos levam à permanência desses silêncios, principalmente a partir existência de um entendimento apontando que o movimento de 1964 não foi apenas ação dos militares, foi também uma resposta aos anseios de importantes setores da sociedade civil.

Partindo desse contexto nacional, o Estado de Pernambuco destaca-se como palco de diversos movimentos populares contrários a ideologia dos golpistas. As Ligas Camponesas e os Sindicatos Rurais, apoiados por lideranças políticas como a de Miguel Arraes, então governador do Estado, Francisco Julião, advogado e deputado estadual, entre outras como o camponês Gregório Bezerra e o arcebispo Dom Helder Câmara fizeram de Pernambuco um Estado bastante perigoso aos interesses dos ditos revolucionários. Afinal, a politização e a participação do operariado urbano e do campesinato nas lutas sociais cresciam a cada dia e esse fato jamais seria visto com bons olhos pelos mais conservadores. Esses vários fatores nos ajudam a compreender porque Pernambuco naquele momento era considerado uma grande ameaça comunista.

Diante de toda essa conjuntura política que se estabeleceu no país, esta pesquisa teve como objetivo, fazer uma análise sobre os bastidores da atividade política na cidade de Lajedo durante a ditadura militar no Brasil. O enfoque dado nesta pesquisa é a análise de como este movimentado período da história política do país no século XX em toda sua complexidade se fez sentir em uma pequena cidade do interior de Pernambuco. Como ficou o cenário político da cidade após o golpe, de que maneira a sociedade lajedense reagiu à nova forma de governo instaurada em 1964 e a possível existência de práticas repressivas durante o regime, são assuntos que procuramos abordar, a fim de encontrarmos maiores evidências sobre o tema.

O período abordado reflete os dois extremos do processo, o ano de 1964, marcado por uma instabilidade política no Brasil que acabaria resultando no Golpe Militar, e 1985 quando Tancredo Neves é eleito presidente e o Regime Militar chega ao fim. Haja vista, percebemos que ao estudarmos um tema tão significativo na história do Brasil, ele nos revela nas suas entrelinhas elementos que contribuíram para a construção de um imaginário popular favorável ao governo militar e que permanece ainda hoje presente na mente de muitas pessoas.

A relevância da pesquisa decorre da possibilidade que tivemos de analisar vários documentos da época que, até então guardados nos arquivos dos órgãos públicos, nos foram privados, impedindo que tivéssemos um maior aprofundamento sobre o período por ora estudado, e que, ao mesmo tempo podem ser de fundamental importância para a compreensão do atual cenário político da cidade. Neste sentido, acreditamos que esta pesquisa representa uma contribuição para a historiografia local no sentido de possibilitar um olhar sobre a organização política da cidade durante os anos de governo dos militares em nosso país, fazendo-nos perceber as conexões existentes entre a política nacional e regional e maneira como elas afetam a vida da sociedade.

Trilhamos por uma história não totalizante, ressaltando alguns enfoques, sem a pretensão de dar conta da totalidade, focalizando a multiplicidade da história, e não objetivando uma narrativa tradicional baseada em acontecimentos isolados e desvinculados de uma análise que possibilite uma compreensão mais consistente dos fatos.

As fontes para a realização desta pesquisa encontram-se principalmente no Arquivo da Câmara de Vereadores José vital dos Santos na cidade de Lajedo - PE. O acervo desses arquivos conta com uma vasta documentação entre atas de reunião, projetos de lei, requerimentos, indicações dentre a qual consultamos 250 [...] atas de reuniões entre os anos de 1964 a 1983 das quais fichamos 40 por apresentarem discussões que possibilitaram uma melhor compreensão do nosso objeto de estudo.

Evidências também relevantes, sobre o período estudado, foram encontradas em Jornais de circulação local da época, numa coleção que traz matérias sobre o cenário político local, além de duas cartas e uma ata de fundação do PSB (Partido Socialista Brasileiro), material este que pertencente a Adelmo Torres advogado lajedense que dedicou anos de sua vida a política da cidade, e hoje reside na cidade de Itabaiana- SE. Neste importante acervo, encontramos ainda uma fotografia que registra uma relevante manifestação política da cidade durante o governo dos militares.

Conseguimos também uma reportagem da revista Veja de dezembro de 1969, que narra um acontecimento peculiar na cidade durante o governo dos militares. Além de documentos escritos contamos também com relatos de pessoas que moram na cidade conseguidos através da realização de entrevistas orais.

No que se refere à metodologia, trabalhamos na perspectiva da micro-história.

A micro-história trata-se de um projeto que nasceu recentemente, no decorrer dos anos 70, de um conjunto de questões e proposições formuladas por um pequeno grupo de historiadores italianos envolvidos em empreendimentos comuns, mas cujas pesquisas pessoais podiam ser muito diferentes entre si. Carlos Ginzburg que trabalha com a comparação do historiador a um policial investigador ao tratar do “paradigma indiciário”: para ele o historiador começa seu trabalho seguindo um indício, que não é mais do que um “resto” muitíssimo significativo.<sup>1</sup> Já para Giovanni Levi, a micro-história procuraria ir além da interpretação para tentar formular explicações históricas. Para tanto, procuraria enfatizar

---

<sup>1</sup> BOUTIER, Jean. e JULIA, Dominique. Passados recompostos; campos e canteiros da história/ tradução de Marcella Mortara e Ana Maria Skinner. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998.

relacionadamente tanto o estudo da diferenciação social quanto a multiplicidade de significados dos símbolos culturais na dinâmica histórica.<sup>2</sup>

Para Giovanni Levi, foi do confronto entre experiências heterogêneas de pesquisa, de uma reflexão crítica sobre a produção histórica contemporânea, de uma gama bastante aberta de leituras (antropológicas principalmente, mas também em áreas mais inesperadas como a da história da arte, por exemplo). Que pouco a pouco emergiram formulações (interrogações, uma temática, sugestões) em comum.<sup>3</sup>

Jaques Revel, afirma que a micro história não constitui uma disciplina autônoma, como muitas vezes se quis crer. Ela é inseparável de uma prática de historiadores, dos obstáculos e das incertezas enfrentadas ao longo de caminhos aliás muito diversos, em suma, de uma experiência de pesquisa. Esse primado da prática está provavelmente ligado as preferências instintivas de uma disciplina que de modo geral desconfia das formulações gerais e da abstração.

De acordo com Revel, a micro-história nasceu como uma reação, como uma tomada de posição frente a certo estado da história social, da qual ela sugere reformular concepções, exigências e procedimentos e a mudança da escala de análise é essencial para a definição da micro-história.

A abordagem micro-histórica é profundamente diferente em suas intenções, assim como em seus procedimentos. Ela afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos.

Neste sentido a abordagem micro histórica se propõe enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis. Porém esse individualismo metodológico tem limites, já que é de um conjunto social – ou melhor, de uma experiência coletiva – que é sempre preciso procurar definir as regras de constituição e funcionamento.<sup>4</sup> No entanto, para Peter Burke a micro-história, não pode ser encarada como uma panacéia, ou seja, ela não apresenta solução para todos os problemas teóricos e metodológicos da historiografia.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> Domínios da História: ensaios de teorias e metodologias/ Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.) – Rio de Janeiro: Campus, 1997.

<sup>3</sup> LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história, Peter Burke (org.), A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo, UNESP, 1992.

<sup>4</sup> REVEL, Jaques. Jogos de escalas: a experiência da micro-análise; tradução Dora Rocha. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

<sup>5</sup> BURKE, Peter. (Org.) A escrita da história: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora UNESP, 1992.

Dessa maneira, nosso objetivo é compreender as relações entre o regime militar brasileiro e a organização política da cidade de Lajedo. Entretanto, não caminhamos para construção de um passado de forma integral e sim buscar através do estudo cuidadoso de documentos, vestígios de um tempo vivido.

Nesta direção, fizemos através da análise de vários fragmentos - documentos escritos, fotografias, entrevistas orais a construção de uma narrativa sobre esse período que tanto marcou a história política do nosso país no século XX.

No primeiro capítulo, tratamos dos principais partidos políticos da cidade de Lajedo – PE, UDN e PSD e suas respectivas lideranças desde a sua emancipação política em 1949 a 1965. Retratamos também as ideologias políticas desses partidos, suas alianças com política estadual e com lideranças religiosas, além das intensas disputas de ambos os partidos pelo poder executivo municipal, porém, procurando deixar evidente a supremacia do PSD nestes primeiros anos de sua história política.

Já no segundo capítulo, abordamos a conjuntura política da cidade depois do Golpe de 1964 e a instauração do regime militar no país. Através da utilização de documentos da época, como atas de reunião da Câmara de Vereadores José Vital dos Santos em Lajedo, uma fotografia de um movimento político ocorrido na cidade em 1964 e a adesão partidária que os principais grupos políticos da cidade fizeram a partir do AI nº 2, caminhamos no sentido de encontrar evidências sobre o alinhamento político desses grupos após o início do Regime Militar no Brasil e de como o governo dos militares se fez sentir nesta pequena cidade do interior de Pernambuco.

Logo em seguida, no terceiro capítulo, discutimos sobre o processo que propiciou o surgimento de uma nova força política na cidade e quais as relações que o mesmo manteve com o Regime Militar brasileiro, enfatizando que esta força política emergente fez história na cidade pelo fato de conduzir um grupo de oposição a primeira vitória sobre Antônio Dourado, líder do PSD, e até então principal chefe político da cidade de Lajedo.

No capítulo quatro trabalhamos com a volta do país ao pluripartidarismo e as consequentes migrações dos grupos políticos de Lajedo para as novas siglas partidárias. Também destacamos a discreta participação da sociedade lajedense nas campanhas “Diretas Já”, o surgimento na cidade de personagens adeptos as ideologias de esquerda, além do gradativo surgimento de novas siglas partidárias e lideranças políticas no município.

## CAPÍTULO I

### O CENÁRIO POLÍTICO DE LAJEDO DE 1949 A 1965

*O passado apresenta-se como um vidro estilhaçado de um vitral antes composto por inúmeras cores e partes. Buscar recompô-lo em sua integridade é impossível. Buscar compreendê-lo através da análise dos fragmentos é um desafio possível de ser enfrentado. (Lucília de Almeida Neves Dealgado).*

Em 1º de abril de 1964 os militares afastaram João Goulart da presidência da República e o substituíram pelo comando militar do General Humberto Castelo Branco. Ao assumir o cargo de presidente da República [...] Goulart encontrou inúmeros problemas econômicos e sociais que precisavam ser resolvidos. Jango, que teve uma posse bastante conturbada após a renúncia do presidente Jânio Quadros, buscava dispor de uma base de apoio parlamentar que fosse suficiente para aprovar seus projetos de reforma política e econômica. Porém, não obteve sucesso. A saída encontrada por ele foi a de pressionar o Congresso Nacional por meio de constantes mobilizações populares que acabariam gerando inúmeras manifestações públicas que se espalharam em todo o país.

Setores da sociedade como a classe média e a Igreja Católica, estavam receosos com o avanço do movimento comunista no qual o presidente buscava cada vez mais apoio. Enquanto isso, os latifundiários ficaram preocupados com a reforma agrária e com as tensões que ela poderia gerar no campo. Também as empresas multinacionais se sentiam prejudicadas com os limites impostos à remessa de lucros por ora enviados para o exterior. Existiam ainda os militares que também passaram a apontar o perigo que as mobilizações populares poderiam representar para a democracia ao subverterem a ordem e a paz.

Nesse cenário de intensa agitação política, o golpe contra João Goulart veio dos segmentos mais conservadores da sociedade. A intervenção dos militares contou com o apoio civil inclusive no Congresso Nacional. Para Jorge Ferreira, o senador Auro de Moura Andrade, presidente do senado, oficializou um golpe contra um presidente constitucionalmente eleito ao empossar o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli na presidência da República.<sup>6</sup> Muitos outros civis que apoiaram a intervenção, o que para Daniel Aarão Reis, foi fundamental para a longa vida da ditadura militar no Brasil,<sup>7</sup> pensavam que o golpe se resumiria ao afastamento de João Goulart, ao restabelecimento da ordem e à passagem do poder novamente aos civis, o que, no entanto, só aconteceria 21 anos

---

<sup>6</sup> FERREIRA, Jorge. Não a Guerra Civil. Revista de História da Biblioteca Nacional – Ed. 83 – Agosto de 2013.

<sup>7</sup> REIS, Daniel Aarão. O Sol sem peneira: Revista de História da Biblioteca Nacional Ed. 83 Agosto de 2012.

depois. Para Denise Rollemberg, quando o movimento civil-militar derrubou João Goulart, golpeava a ilusão de que era possível transformar o país através de regras institucionais.<sup>8</sup>

Em Pernambuco, considerado um estado onde a ameaça comunista estava cada vez mais iminente, a frente política de esquerda controlava as três esferas de governo. João Goulart no plano federal, Miguel Arraes no estadual e Pelópidas da Silveira na prefeitura do Recife. As ligas camponesas e os sindicatos rurais se destacavam no estado e a politização e participação dos trabalhadores nas lutas sociais cresciam a cada dia. Além disso, esses movimentos contavam com o apoio do governador e de lideranças como o advogado Francisco Julião que de acordo com Jorge Ferreira, passou a interpretar a realidade do sertão com o processo revolucionário cubano. A miséria dos camponeses, a economia açucareira e o latifúndio permitiam a Julião comparar o interior de Pernambuco a Cuba pré-revolucionária.<sup>9</sup> Não bastasse, líderes religiosos como Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, sempre se mostraram contrários ao golpe militar. Aliás, Fernando Coelho afirma que “a hierarquia da Igreja Católica em Pernambuco não teve qualquer influência na preparação do golpe.”<sup>10</sup> Desse modo, também percebemos a existência de uma atmosfera política bastante agitada também em Pernambuco. Mas, não será apenas nos grandes centros urbanos do Estado que encontramos os reflexos de toda essa efervescência política. No interior ela também se fez sentir com bastante intensidade.

Lajedo, uma das mais jovens cidades do Agreste Meridional de Pernambuco, localizada na mesorregião de Garanhuns e distante 196 km de Recife, tem seu nome derivado dos muitos lajeiros existentes nas suas proximidades, chamados de “Caldeirões”. Esse município conquistou sua emancipação política através da lei N° 377 de 24 de dezembro de 1948, desmembrando-se assim do município de Canhotinho e tendo seu governo instalado em 19 de maio de 1949.

Em 1964 com apenas quinze anos de emancipação política e sendo uma cidade pequena, com uma história política recente, localizada no interior de um estado do Nordeste, onde o acesso a informação ainda era muito difícil e a população na maior parte morava no campo, nos levaria a acreditar que Lajedo seria mais uma entre as várias pequenas cidades do interior do Nordeste com uma vida pacata, sem acontecimentos importantes e com um cotidiano pouco movimentado. No entanto, nesse período Lajedo era uma cidade com uma

---

<sup>8</sup> ROLLEMBERG, Denise. Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dois revolucionários. (In) Revolução e democracia (1964)/organizadores: Jorge Ferreira, Daniel Aarão Reis. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>9</sup> FERREIRA, Jorge. Reviste Brasileira de História. Vol. 24 – São Paulo, 2004.

<sup>10</sup> COELHO, Fernando Vasconcellos. Direita, Volver: O Golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004.

vida política, cultural e social intensa. Quando os militares destituíram João Goulart da presidência e instalaram a ditadura no país, alguns fatos ocorridos na cidade já deixavam evidências de que este período tão marcante da história do nosso país, em Lajedo, não passaria despercebido.

Desde sua emancipação, o município de Lajedo teve como principais partidos políticos o PSD (Partido Social Democrata) e a UDN (União Democrática Nacional). Porém, de 1949 a 1965 o PSD era a sigla partidária hegemônica na cidade. Foi vencedora de todos os pleitos municipais ocorridos na cidade até 1965 quando foi promulgado no governo do General Humberto Castelo Branco o AI (Ato Institucional) nº 2 que extinguiu todos os partidos políticos até então existentes, passando a existir apenas a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Os Atos Institucionais foram decretos emitidos durante o governo dos militares no Brasil servindo como mecanismos de legitimação e legalização de suas ações políticas e estabelecendo para eles próprios diversos poderes extra-constitucionais. Na verdade os Atos Institucionais eram um mecanismo para manter na legalidade o domínio dos militares. Sem este mecanismo, a constituição de 1946 tornaria o regime inexecutável.<sup>11</sup>

Até 1965 houve eleições em que o PSD teve candidatura única para prefeito pelo fato da oposição não apresentar nenhum candidato para disputa do executivo. As exceções foram as campanhas de 1949, quando José Nonato de Oliveira candidato da sigla venceu Francisco Cordeiro Magalhães da UDN. 1960, com a vitória de Francisco Ferreira Rosa sobre José Olímpio da UDN e 1965 que teve Clementino Francisco de Lima eleito contra o ex-prefeito José Firmino Burgos que já havia sido prefeito de Lajedo pelo PSD, mas que neste ano estava filiado a UDN.

Uma das eleições que caracterizam muito bem esse domínio do PSD é a de 1957. Neste ano, além de conseguir eleger prefeito José Firmino Burgos que foi candidato único, todos os vereadores eleitos e até mesmo os que ficaram na suplência também pertenciam à sigla. O PR (Partido Republicano) que estava coligado ao PSD apresentou três candidatos a vereador, mas nenhum deles foi eleito. A UDN que não teve candidatos a prefeito e vice-prefeito colocou três nomes na disputa pelo legislativo, mas nenhum conseguiu ser eleito.

Segundo alguns moradores da cidade como José Gonçalves de Melo e Antônio Manoel da Silva, toda essa hegemonia do PSD pode ser explicada pela liderança de Antônio Dourado Cavalcante (Dr. Dourado). Para José Gonçalves e Antônio Manoel, Antônio

---

<sup>11</sup> WWW.Infoescola.com.br/história. - 12/01/2014

Dourado era o líder do PSD porque era considerado o responsável pelo processo que resultou na emancipação política do município.<sup>12</sup>

Atualmente, já se tem indícios e pesquisas que provam que ele não foi o único personagem, mas apenas um colaborador que contribuiu com Antônio de Souza Vilaça, este que, realmente foi o principal articulador. De qualquer modo, percebemos através de nossos estudos que a sua participação direta ou apenas a sua contribuição no processo de emancipação do município não foi o único fator que desencadeou a conquista dessa liderança.

Nascido na cidade de Nazaré da Mata – PE em 1910, Antônio Dourado ainda jovem, foi jogador de futebol pelo Sport Clube do Recife, Flamengo do Rio de Janeiro, e Vitória da Bahia, chegando inclusive a ser convocado para a Seleção Brasileira em 1930, convocação que recusou por escolher a medicina em detrimento do futebol. Chegando a Lajedo em 1937, formado em medicina, Antônio Dourado exerceu na então vila a profissão que lhe proporcionou um enorme respeito por parte da população, uma vez que não era comum para uma comunidade do interior de Pernambuco ter um homem com um ofício de tamanho destaque. Além de sua experiência de vida e seu importante trabalho, Antônio Dourado era sobrinho de Armando Monteiro Filho, importante político pernambucano da época, o que lhe proporcionou a criação de vínculos com políticos do cenário estadual como Barbosa Lima Sobrinho. Foi candidato a prefeito de Canhotinho, prefeito de Lajedo entre os anos de 1953 a 1957, e deputado estadual em Pernambuco por quatro mandatos. Sua história de vida sua estimada profissão e sua capacidade de articulação política em uma cidade pequena o colocaram em uma posição de destaque frente aos demais homens do município fazendo de Antônio Dourado uma pessoa bem vista e amparada pela confiança de muitos lajedenses. Um artigo de José Paulo Barbosa, tesoureiro da Prefeitura e militante do PSD na cidade, escrito para o periódico “A Voz de Lajedo”, em 19 de maio de 1957, data na qual Antônio Dourado encerrava seu mandato de prefeito, ajuda-nos na compreensão do prestígio desfrutado por ele no município.

19 de maio, data magna da história de nosso Município, chegam ao término e ao mesmo tempo se iniciam dois quadriênios administrativos. Coincidiu, portanto, que neste 57 concretiza-se um destes acontecimentos: Dr. Dourado, nosso grande chefe, vai deixar a sua pesada tarefa de administrador de nossa terra. Confesso que vai nos deixar grande saudade (...). É com prazer que vejo desaparecerem as vossas seguras orientações. O sol fecundante que nos iluminou durante estes florescentes anos chega agora o seu ocaso. E agora, espero que um seu imitador desponte no oriente para continuar nosso guia.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Entrevista com José Gonçalves de Melo e Antônio Manoel da Silva em 13/09/2013.

<sup>13</sup> Jornal A voz de Lajedo, 19 de maio de 1957. Arquivo pessoal de Adelmo Torres.

Mesmo se tratando de uma pessoa ligada ao PSD liderado por Antônio Dourado, as palavras de José Paulo Barbosa pretendem nos passar a idéia de um líder respeitado, um homem que passava segurança para a população que se via bem representada na sua pessoa. Ainda em suas palavras, percebemos que José Paulo Barbosa chega a desejar que o próximo prefeito do município fosse um imitador dele, deixando parecer que, caso o novo governante fugisse as suas características o povo se sentiria desamparado.

O outro partido existente a UDN, (União Democrática nacional) tinha como nomes mais conhecidos na época o de Adalberto Pereira de Castro, José Olímpio e Francisco Cordeiro Magalhães que havia sido o opositor de José Nonato de Oliveira na primeira eleição municipal em 1949.

Mesmo tendo saído derrotado na primeira eleição municipal e nos anos seguintes o PSD tenha se afirmado como força política predominante, jamais poderemos afirmar que durante a hegemonia do PSD na cidade não existia oposição. Embora houvesse repressão e perseguição para com aqueles que eram contrários ao PSD, sempre existiu uma posição, e as disputas políticas em Lajedo sempre foram agitadíssimas a ponto de Antônio José de Siqueira no ano de 1960 escrever uma carta aos dirigentes políticos da cidade com o seguinte assunto:

Ontem à noite quando vi as crônicas dos partidos políticos, fiquei triste vendo ser apontado os nomes dos ilustres homens dos referidos partidos com palavras que mancharam não somente a nossa política como nossa terra, fiquei triste porque encontrava-me ao lado de um moço, de uma vizinha cidade, no qual ele citou isto é uma política vergonhosa, e eu como lajedense não tive força para pedir-lhe desculpas, fiquei envergonhado pois! O nosso Lajedo é tido como uma cidade democrata e calma faço uma apelo a todos os políticos de ambos os partidos, que pensem mais acertado, para nós e para as nossa famílias terem mais sossego de Espírito, apelo para que não volte a tristeza das políticas passadas do tempo do Major Capitú que foi assassinado junto com seu filho, no local em que é instalado o diretório do PSD.<sup>14</sup>

As palavras utilizadas por Antônio José de Siqueira nos fornecem uma dimensão sobre a intensidade das disputas eleitorais no município. O fragmento desta carta nos proporciona condições de dizer que, embora não tenha obtido sucesso em várias eleições, jamais a oposição ao PSD deixou de existir, pelo contrário, não só houve como podemos perceber nas palavras de Antônio José de Siqueira que em alguns momentos os conflitos entre PSD e UDN pareciam caminhar para situações extremas deixando transparecer um sentimento de medo nas pessoas.

---

<sup>14</sup> Um apelo aos políticos de minha terra. Antônio José de Siqueira, 1960. Arquivo pessoal de Adelmo Torres.

Mesmo com a transferência de Francisco Cordeiro Magalhães da UDN para o PSD em 1960 a oposição continuou a se fazer presente. Contudo, o trabalho de oposição daqueles que permaneceram como José Olímpio e Adalberto de Castro até este momento não havia sido suficiente para derrotar o grupo liderado por Antônio Dourado.

A transferência de Francisco Cordeiro para o PSD foi motivada por um desentendimento de membros da sigla com o então governador Cid Sampaio. Tendo-o apoiado em Lajedo nas eleições estaduais de 1958 da qual saiu vitorioso, os udenistas acreditavam que receberiam do governador um apoio na tentativa de desbancar o PSD. Nada disso acabou acontecendo. Frustrado com o que havia acontecido e com objetivos políticos a alcançar Francisco Cordeiro Magalhães deixou a UDN e filiou-se ao PSD do seu agora ex-rival político Antônio Dourado.

É importante destacar que se quisermos discutir força política, com certeza o PSD era o partido hegemônico da cidade na época, não resta dúvida. Porém, a UDN é um exemplo claro da existência de uma oposição ao partido predominante o PSD. Isso quer dizer que as atitudes de Antônio Dourado e de seus militantes do PSD não eram aceitas por toda a sociedade passivamente. Esse fato é interessante porque rompe com uma idéia existente de que tudo o que era dito por Antônio Dourado em Lajedo era aceito por todos os lajedenses. É bem verdade que ele através de seu prestígio e de algumas medidas repressivas que partiam não apenas dele mais também de seus militantes, acostumados a agredir verbalmente seus adversários, jogar bebida em seus rostos, quebrar-lhe copos nas confusões, conseguia por em prática aquilo que desejava, mas isso não quer dizer que todos aceitavam sem questionar.

Todavia, é importante ressaltar que essas brigas entre PSD e UDN eram única e exclusivamente pela conquista do poder. Isso porque na realidade pessedistas e udenistas compartilhavam da mesma ideologia de direita. Ou seja, não pensavam política de forma diferente, os ideais eram os mesmos, o que os partidos e suas lideranças queriam realmente era o poder.

## **1.1 MARÇO DE 1964**

Em 1964, Francisco Ferreira Rosa (Chico Rosa) era o prefeito pelo PSD, pois havia conseguido se eleger nas eleições de 1960 quando derrotou o senhor José Olímpio da UDN com uma considerável vantagem de votos. Seu mandato, ao que parece, ocorria de forma tranquila. Com relação à Câmara, dos nove vereadores que compunham o legislativo

municipal, oito eram do PSD sendo eles: Arlindo Ferreira, Elízio Ferreira, Francisco Cordeiro Magalhães (ex-UDN) Francisco Manoel Torres, João Cândido, José Vital dos Santos e Severino Ramos Martins. O único opositor era José Crisóstomo dos Santos da UDN.

Não bastasse ter a maioria do legislativo a favor, Francisco Rosa também dispunha de situação confortável no que se refere ao cenário estadual. Antônio Dourado, o líder do PSD na cidade, era deputado estadual e Miguel Arraes, governador de Pernambuco (até ser deflagrado o golpe militar), estava neste momento em Lajedo aliado ao PSD. Utilizamos a expressão neste momento porque nas eleições estaduais de 1962 o PSD havia apoiado Armando Monteiro Filho também do PSD para governador do Estado. O apoio a candidatura de Armando Monteiro Filho deve-se aos seguintes fatos: ele era um pessedista, e também era tio de Antônio Dourado a quem sempre havia ajudado desde seu ingresso na carreira política. Mais existiam outros fatores. O nome de Armando Monteiro Filho já era conhecido pelos lajedenses, não apenas pela dobradinha que fez com Antônio Dourado nas eleições estaduais de 1958 quando os mesmos foram candidatos e eleitos deputado federal e estadual respectivamente, mas também pelas importantes solicitações de obras realizadas por Armando Monteiro desde os tempos em que era deputado estadual e que com certeza foram de extrema importância para o desenvolvimento do município de Lajedo. Como exemplo, podemos citar a maternidade e o posto de higiene, a Escola Estadual Deolinda Amaral, a energia elétrica vinda de Paulo Afonso entre outras.<sup>15</sup> Como se não bastasse, a ideologia política de Miguel Arraes voltada para esquerda, seu apoio as Ligas Camponesas e aos Sindicatos Rurais não agradavam Antônio Dourado que possuía ideais de direita.

Os termos "direita" e "esquerda" foram cunhados durante a Revolução Francesa (1789), e referiam-se ao lugar onde políticos se sentavam no parlamento francês. No século XX os termos direita e esquerda passaram a ter outra conotação. Na esquerda estão os partidos que falam em direitos dos trabalhadores, profundas mudanças sociais e igualdade social. Na direita, estão os partidos conservadores geralmente associados à classe dominante. Defendem a ordem para conter a baderna social e do respeito à autoridade.<sup>16</sup>

Passada as eleições e tendo saído vitorioso da disputa, Arraes, ao que parece com o intuito de fortalecer seu governo, convidou Antônio Dourado para ser o seu chefe político em Lajedo, e teve seu pedido aceito. É interessante este fato porque os ideais não convergiam, mas, como na política toda e qualquer forma que possa contribuir para a manutenção do poder torna-se válida, nessas horas as ideias são postas de lado. Não bastasse isso, sabemos que

---

<sup>15</sup> DIAS, Paulo Henrique. **Lajedo uma História de Lutas, Conquistas e Glórias**. – Recife: Ed. do autor, 2013.

<sup>16</sup> SCHIDT, Mario Furley. **Nova história crítica**. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Nova geração, 2002.

historicamente todo grupo político, independente de qualquer coisa que possa ter acontecido no passado ou das ideias que defendam, tem o prazer de dizer aos seus eleitores que desfruta do apoio do governador.

No entanto, não podemos deixar de falar que o convite de Miguel Arraes não vem por acaso. Na eleição de 1962, Antônio Dourado e seus militantes conseguiram proporcionar a Armando Monteiro Filho em Lajedo uma vitória que ele não conseguiu obter em nenhuma outra cidade do Estado. Estava evidente para Arraes o poder que Antônio Dourado detinha em Lajedo, ou seja, essa aliança não seria favorável apenas para os políticos lajedenses, mas também para o governador que tendo o PSD de Lajedo ao seu lado caminhava no sentido de consolidar uma forte base aliada para o seu governo.

No plano federal, acreditamos que, em virtude da aproximação com Miguel Arraes, o PSD encontrava-se discretamente ligado a João Goulart, pois os ideais defendidos por ele não eram condizentes com os defendidos por Antônio Dourado e o PSD em Lajedo. Prova disso é que mesmo tendo sido candidato a vice-presidente pelo PTB em 1960 na chapa encabeçada pelo Marechal Henrique Teixeira Lott do PSD, apoiado em Lajedo por Antônio Dourado e seus militantes - lembrando que na época as pessoas votavam separadamente para presidente e vice-presidente. As propagandas do PSD nas eleições não pediam voto para nome de João Goulart mesmo estando ele na chapa do Marechal Henrique Teixeira Lott. Uma evidência disso está no jornal “A Voz de Lajedo” na edição de 31 de julho de 1960 que traz a seguinte nota: “Faltam apenas 63 dias para a vitória dos candidatos pessedistas: O Mal. Teixeira Lott, Presidente da República; Sr. Francisco Rosa, Prefeito e o comerciante Clementino de Lima, Vice-Prefeito”.<sup>17</sup> Em outra página da mesma edição quando é relatada a presença do então deputado federal Armando Monteiro Filho em Recife se utilizam as seguintes palavras: O ilustre homem público veio ao Recife para participar da campanha Marechal Teixeira Lott, e dos nossos candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e vereadores. É interessante porque nas duas falas da propaganda do PSD aparecem o cargo de vice-prefeito duas vezes e em nenhuma delas o de vice-presidente. Por esse motivo, acreditamos em um posicionamento contrário do PSD ao nome de João Goulart.

Neste período, todas essas discussões sobre o cenário político nacional e estadual entre a sociedade lajedense, só aconteciam através das informações divulgadas por suas lideranças políticas, principalmente por Antônio Dourado que ao voltar de Recife trazia as novidades. A TV ainda começava a se popularizar apenas nos grandes centros urbanos, a circulação de

---

<sup>17</sup> Jornal “A Voz de Lajedo” edição de 31 de julho de 1960. Arquivo pessoal de Adelmo Torres.

jornais a nível estadual como o Diário de Pernambuco e o Jornal do Commercio - PE eram mínimas e os aparelhos de rádio ainda eram um privilégio de poucos. Nesses primeiros anos, alguns fatos ocorridos a nível nacional e até mesmo internacional eram relatados apenas vez ou outra no periódico “A Voz de Lajedo” como ocorreu na edição de 19 de maio de 1958 que trata do êxito obtido pelos soviéticos no lançamento do Sputnik 3.<sup>18</sup> No entanto, como se tratava de um jornal administrado por integrantes do PSD na cidade, suas publicações ocorriam praticamente apenas nos anos de disputas eleitorais para pedir votos para os candidatos da sigla e fazer chacota dos opositores. Uma prova do que estamos falando encontra-se na edição de 30 de abril de 1957. “Os senhores Casemiro e Julinho foram vistos ontem, à noite (noite sem luz), em uma das nossas esquinas, conversando com ares de tristeza. Pela fisionomia de ambos, notava-se o choro de quem perde eleição”.<sup>19</sup>

Exceto os políticos locais, e esses elementares meios de comunicação, havia lideranças religiosas com o Padre Emílio Lins e Padre Antônio Barbosa que costumavam falar de fatos de repercussão a nível nacional como o alerta que davam a população sobre o perigo da propagação dos comunistas no Brasil. O primeiro, Pároco na cidade até 1960, chegava a se expressar de forma mais contundente até mesmo nos horários da missa quando estava reunido um maior número de pessoas. O senhor Valdir Santos na época um jovem recém chegado do Rio de Janeiro, lembra:

Quando cheguei do Rio, eu andava com camisa vermelha e toda vez que alguém me encontrava na rua depois de ter assistido a missa, que naquela época a igreja era cheia porque vinha muita gente do sítio dizia: olha Valdir o Padre Emílio falou que tivesse cuidado com os comunistas e que tinha um aqui em Lajedo que era eu por conta da camisa vermelha.<sup>20</sup>

Padre Emílio Lins ao que tudo indica pertencia à ala da direita católica e em Lajedo era muito ligado a Antônio Dourado não demonstrando nenhum pudor na hora de defender o líder do PSD na cidade. A amizade existente entre Padre Emílio e Antônio Dourado ficou bem caracterizada em um artigo escrito por José Paulo Barbosa militante do PSD, para a edição de um jornal chamado “Jubileu” quando o mesmo fala:

Padre Emílio, é grande a minha saudade! Tenho recordação dos dez dias de missão que terminaram com o levantamento do cruzeiro que marca a sua sepultura por ele mesmo escolhido. Ali se encontra os restos mortais daquele sacerdote que tanto amou aos pobres e que por sinal morreu no hospital sob os cuidados da família Monteiro e Dourado que sempre foram seus eternos amigos.<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup> Jornal “A Voz de Lajedo”. 19/05/1958. Arquivo pessoal de Adelmo Torres.

<sup>19</sup> Jornal “A Voz de Lajedo”. 30/04/1957. Arquivo pessoal de Adelmo Torres.

<sup>20</sup> Entrevista com Valdir Cordeiro em 20/09/2013.

<sup>21</sup> Jornal o Jubileu. Acervo Pessoal de Adelmo Torres.

Já Padre Antônio Barbosa sucessor de Padre Emílio, ao que parece era um pouco mais comedido em suas palavras e suas atitudes, mas, também algumas de suas atitudes nos leva a crer que também pertencia à ala da direita católica. As palavras de um morador da cidade na época nos ajudam entender este fato.

Padre Emílio era defensor mesmo de Dr. Dourado, ele não escondia não. Pedia voto mesmo e falava dos comunistas que era uma beleza. Já Padre Antonio Barbosa era mais na dele, era de direita mais não era como Padre Emílio não, este era um politiqueiro virado.<sup>22</sup>

É importante destacar este tipo de atitude dos clérigos porque ela nos fornece indícios sobre as possíveis ligações existentes entre a Igreja e o poder político. [...] Coincidência ou não, embora não queiramos desmerecer o trabalho realizado pelos clérigos citados (principalmente Padre Antônio Barbosa que realizou um importante trabalho voltado para a educação no município), mas duas escolas da cidade receberam o nome de ambos os sacerdotes e foram inauguradas enquanto o grupo liderado por Antonio Dourado ainda estava no poder.

Em meio a esse panorama de intensas disputas pelo poder local, é possível percebermos a intensidade da política na pequena cidade de Lajedo inclusive suas ligações com as outras esferas do poder político. Mas ainda não é tudo. Em abril de 1964 os militares tomavam o poder federal e nos anos seguintes os reflexos da influência da estrutura do Estado brasileiro tornar-se-iam ainda mais visíveis na cidade.

---

<sup>22</sup> Entrevista com José Aurélio Melo em 04/09/2013.

## CAPÍTULO II

### UNIDOS PELAS IDEIAS:

#### A POLÍTICA LAJEDENSE DEPOIS DO GOLPE MILITAR DE 1964

*O historiador-narrador é aquele que se vale de provas – indícios, cuidadosamente pesquisados, selecionados e dispostos em uma rede de analogias e combinações de modo a revelar significados – que, mais até do que explicar opera como recurso de autoridade a fala do historiador. ( Sandra Jatahy Pesavento)*

Quando os militares tomaram o poder em 1º de abril de 1964, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, foi preso, assumindo o cargo o seu vice Paulo Guerra. Em Lajedo os comentários sobre a nova ordem estabelecida no país aconteciam apenas nos bastidores, não havendo uma atitude imediata de apoio ou rejeição ao golpe. Algumas pessoas um pouco mais informadas e conhecedoras da ideologia de Antônio Dourado já arriscavam dizer qual a atitude seria tomada pelos políticos locais. Porém apenas em maio as decisões tomadas pelo PSD começaram a vir a público.

Muito embora saibamos que o prefeito de Lajedo na época fosse Francisco Ferreira Rosa, as decisões do PSD como já enfatizamos ficaram sempre a cargo de Antônio Dourado. Mesmo estando aliado a Miguel Arraes, aliança esta fruto de conveniência política, isso porque Antônio Dourado não era de acordo com o que estava acontecendo no país antes do golpe. Diante deste fato, tudo levaria a acreditarmos que o PSD em Lajedo iria aderir ao golpe, mas vamos analisar alguns fatos e vermos a quais conclusões iremos chegar.

Em virtude dos movimentos que haviam ocorrido no Brasil entre o final de março e início de abril e que acabaram resultando no golpe militar, as reuniões da Câmara de Vereadores de Lajedo ficaram sem acontecer por mais de quarenta dias. O retorno as atividades legislativas ocorreram apenas no dia 10 de maio de 1964. Durante esta reunião, não foi apresentado nenhum requerimento ou projeto de lei. Sem nada ter para ser discutido, o presidente da Câmara Elízio Ferreira facultou a palavra aos vereadores. Neste momento, Severino Ramos Martins desejou boas vindas aos colegas e em seguida falou:

“A Câmara de Lajedo por seus representas não fora atingida pela nova transformação no sentido ideológico (...). Todos os lajedenses estão e permanecerão com a nova ordem (...). Gostaria de parabenizar as Forças Armadas pela brilhante atuação nos últimos eventos pelos quais passou o país”,<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Ata da Reunião na Câmara de Vereadores José Vital dos Santos em 10/05/1964. Arquivo da Câmara de Vereadores José Vital dos Santos, Lajedo – PE.

As palavras do então vereador Severino Ramos Martins do PSD, um comerciante do ramo de estivas e que em 1960 havia sido eleito vereador pela segunda vez, nos possibilita fazer uma análise muito interessante. Em primeiro lugar constatamos um apoio a atitude dos militares, o que é muito importante para a compreensão do nosso estudo. Mas também nos chama a atenção as seguintes palavras: “todos os lajedenses estão e permanecerão com nova ordem”. Ora, isso seria o mesmo que dizer que a população não deveria fazer escolhas senão a que fosse pertencente as suas lideranças políticas. É como se em suas palavras Severino Martins retirasse dos cidadãos lajedenses o seu direito de escolha e o colocasse sob tutela dos agentes políticos. Ou seja, a voz das lideranças políticas era a voz do que fosse conveniente ao partido e não a população. E a principal liderança era Antônio Dourado. Partindo desse fato, acreditamos que as palavras de Severino Ramos representa a mensagem de seu líder para a população. Segundo o escritor e poeta lajedense Antônio de Oliveira, secretário da Câmara de vereadores na época:

Dr. Dourado era o grande chefe, o que ele dizia as pessoas seguia. Ele chegava e dizia o sistema de governo agora é assim e pronto, as pessoas seguiam, caso mudasse novamente ele comunicaria a mudança e automaticamente as pessoas iriam seguir, quem dava a palavra final era ele.<sup>24</sup>

As palavras de Antônio de Oliveira vão de encontro à ideia de Antônio Dourado como grande líder que tudo decide e faz o que pretende, sem escutar ninguém. Contudo, para José Aurélio não era bem assim.

Eu não vou dizer que ele não era chefão, pelo contrário ele era pulso firme dava moleza não. Mas quando tinha alguma decisão a tomar ele sempre dizia o seguinte: Eu penso que deve ser assim, eu acho que o melhor e fazer desse jeito. Nunca chegou e disse vai ser desse jeito e pronto. Agora, as pessoas seguiam as propostas dele porque se tratava de uma pessoa bem sucedida, médico, deputado, tinha muito conhecimento com vários políticos, coisas que na época poucos tinham.<sup>25</sup>

Essa fala de José Aurélio levanta uma discussão importante por possibilitar a desconstrução de um pensamento presente na sociedade lajedense de que as atitudes tomadas por Antônio Dourado eram fruto de perversidade e arrogância. De acordo com José Aurélio os desmandos cometidos por Antônio Dourado e as realizações de seus desejos só aconteceram porque a maioria das pessoas e dos agentes políticos da cidade o manteve como detentor do poder de decisão sobre toda a sociedade. Porém, entendemos a passividade dessas pessoas não apenas pela ausência na época de uma consciência política crítica da qual Antônio Dourado soube tirar proveito, mas também do que Étienne de La Boétie chamou de “predisposição dos

---

<sup>24</sup> Entrevista com Antônio de Oliveira e Silva, em 22/ 07/2013.

<sup>25</sup> Entrevista com José Aurélio Melo, em 04/09/2013.

seres humanos ao regime de tirania”. Para La Boétie a maior parte do povo, por qualquer razão que seja, está de acordo com a própria subjugação. O que faz do governante nada mais do que uma pessoa, que dificilmente poderia obter a obediência de outra pessoa, muito menos de uma cidade ou de um país inteiro, se a maioria dos súditos não consentisse com esta obediência.<sup>26</sup> Quanto aos políticos, questionar as decisões de seu líder poderia resultar na perda de algum privilégio. Como nos diz o filósofo polonês Zygmunt Bauman. “Em nome de algum tipo de vantagem veem-se homens e mulheres negarem seu passado, sua etnia, seus amigos.”<sup>27</sup> Neste contexto vemos essas pessoas renegarem a sua própria liberdade para acabarem se tornando meros instrumentos de um político na busca pela realização de seus desejos.

Nesta direção, nos voltamos para uma análise das palavras de Antônio de Oliveira e José Aurélio, e veremos que elas nos proporcionam indícios de que a fala de Severino Ramos Martins, na Câmara de vereadores realmente poderiam não ter partido de sua própria vontade ou posicionamento político, e sim de uma força maior que estava acima dele.

Outro fato importante e que pode nos ajudar na compreensão deste período que estamos estudando, ocorreu na reunião da Câmara de vereadores do dia 12 de maio de 1964, quando ao ser facultada a palavra, João Cândido, vereador do PSD fez um requerimento verbal solicitando o título de cidadão lajedense ao General Presidente Humberto Castelo Branco e ao General do IV Exército de Pernambuco Justino Alves Bastos.<sup>28</sup> De início o requerimento do vereador José Cândido ficou impossibilitado de ser discutido, pois de acordo com o Presidente da Câmara Elízio Ferreira, um assunto de suma importância deveria ser tratado através de um projeto de Lei. Sendo assim o vereador José Cândido nas reuniões seguintes elaborou o projeto de lei nº 7/8 de 1964 e o viu ser aprovado por unanimidade pelos seus colegas.

Em votação os mencionados projetos, receberam aprovação unânime. Em virtude do resultado, o senhor presidente fez nomear uma comissão composta pelos seguintes membros. José Vital dos Santos, Abraão Veloso de Melo, Francisco Cordeiro Magalhães, Severino Ramos Martins e Arlindo Ferreira da Silva, para junto do senhor prefeito, tratarem da execução das novas leis, que outorgam o título de cidadão lajedense ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco – Presidente da República – e Joaquim Justino Alves Bastos, General do IV Exército de Pernambuco, matéria da composição dos projetos nº 7 e 8.<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> <http://www.mises.org.br>. A filosofia política de Étienne de La Boétie. Murray N. Rothbard, - 27/01/2014

<sup>27</sup> FILHO, José Adilson. Reflexões Adilsonianas Nº 31. Sobre Obediência e servidão.

<sup>28</sup> Ata da reunião na Câmara de vereadores José Vital dos Santos em 12/05/1964. Arquivo da Câmara de Vereadores José Vital dos Santos, Lajedo – PE

<sup>29</sup> Ata da reunião da Câmara de vereadores José Vital dos Santos em 30/05/1964. Arquivo da Câmara de Vereadores José Vital dos Santos, Lajedo – PE

A aprovação unânime desse projeto de lei de autoria do vereador João Cândido nos fornece evidências de que não apenas o PSD caminhava no sentido de apoio ao golpe como também a UDN que neste momento contava com um vereador na Câmara, José Crisóstomo dos Santos que foi a favor do projeto. Este fato reforça a nossa análise feita anteriormente de que tanto PSD quanto UDN divergiam pela busca do poder, mas na realidade se encontravam unidos pela mesma ideologia, nos levando a acreditar que uma mudança no cenário político da cidade representaria apenas uma troca de governantes e não de práticas político-administrativas.

Se as palavras de Severino Ramos Martins, e o projeto de lei de autoria de José Cândido aprovado por unanimidade já são capazes de nos proporcionar leituras interessantes, o que mais poderíamos acrescentar as nossas análises ao observarmos a fotografia a seguir?



Marcha da Família com Deus pela Liberdade, Lajedo 10/06/1964. (Acervo pessoal de Adelmo Torres.)

Esta imagem nos propicia uma leitura que não teríamos apenas com o estudo das atas. Para Ciro Flamarion Cardoso, a fotografia é uma materialização da experiência vivida, doce lembrança do passado, memórias de uma trajetória de vida, flagrantes sensacionais, ou ainda

mensagens codificadas em signos.<sup>30</sup> E é justamente através dessa materialização de um momento vivido que podemos tentar compreender esta época não apenas do ponto de vista individual, mas também coletivo. A possibilidade de compreensão do nosso estudo trazida pela fotografia nos remete a afirmação de Leandro Karnal quando diz que mais do que textos escritos, documento histórico é qualquer fonte sobre o passado.<sup>31</sup> E essa fonte que temos em mãos tem muito para nos revelar.

Segundo Daniel Aarão Reis, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade mobilizou dezenas de milhares de pessoas de todas as classes sociais, em todas as capitais de Estados e em incontáveis médias e pequenas cidades do país nos primeiros meses do Regime Militar<sup>32</sup>. Essas marchas ocorreram em solidariedade ao golpe de 1964 e como podemos ver Lajedo foi uma dessas pequenas cidades que também fizeram sua marcha.

Quando Severino Ramos Martins em seu discurso na tribuna da Câmara disse: “os lejedenses estão e permanecerão com a nova ordem”, vemos através da fotografia a clara participação da população na marcha. Homens, mulheres, jovens e crianças inseridas em uma multidão de pessoas que chegam a nos impressionar por ser tratar de uma cidade muito pequena na época. À frente a Banda de música 24 de dezembro, os principais políticos da cidade e o Sargento Ivo do 71º Batalhão de Infantaria do Exército.

No entanto, acreditamos que essa significativa participação popular na marcha está estreitamente ligada à influência exercida pelas lideranças políticas, afinal, com as dificuldades na cidade com relação aos meios de acesso a informação, somada as deficiências do sistema educacional no Brasil que historicamente jamais esteve comprometido com uma formação que desperte um olhar crítico da realidade, muitas dessas pessoas estavam presentes na marcha e não sabiam o que estava acontecendo no país e qual era a finalidade deste movimento. Esses fatores também acabaram sendo relevantes para a liderança exercida por Antônio Dourado, não decisivos, pois, atualmente temos diversos meios de informação a nossa disposição e mesmo assim não é difícil encontrar pessoas em nossa sociedade que são seduzidas pelos discursos políticos e convenientes com as suas práticas.

Na realidade, a imagem cristalizou um momento importante que somada ao discurso de Severino Ramos e ao requerimento de João Cândido nos ajuda a construir uma opinião sobre o posicionamento político da UDN e do PSD em Lajedo depois da instauração da

---

<sup>30</sup> Domínios da História: ensaios de teorias e metodologias/ Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.) – Rio de Janeiro: Campus, 1997.

<sup>31</sup> KARNAL, Leandro. A memória evanescente. (in) O historiador e suas Fontes/ Carla Bassanezi Pisky, Tania Regina de Luca. (Org.) Editora: Contexto.

<sup>32</sup> REIS, Daniel Aarão. O Sol sem peneira: Revista de História da Biblioteca Nacional Ed. 83 Agosto de 2012.

ditadura militar. Diante dos indícios coletados na imagem percebemos que a fotografia, assim como os documentos escritos se apresentam como um vestígio de extrema importância para a compreensão de um período histórico. Como nos diz Boris Kossoy:

Toda e qualquer fotografia, além de ser um resíduo do passado, é também um testemunho visual no qual se pode detectar – tal como nos textos escritos – não apenas os elementos constitutivos que lhe deram origem do ponto de vista material. No que toca a imagem fotográfica, uma série de dados poderão ser reveladores, posto que jamais mencionados pela linguagem escrita da história.<sup>33</sup>

As atas das reuniões e a fotografia são os primeiros indícios na nossa tentativa de análise do período que estamos estudando. A seguir, trataremos das eleições municipais após o golpe de 1964 e de alguns episódios ocorridos na cidade que iriam nos proporcionar uma melhor compreensão.

## **2.1 AS MARCAS DO REGIME MILITAR**

1965 foi um ano atípico na política de Lajedo pelo fato do município ter tido três prefeitos em menos de um mês. Este fato se deu porque o prefeito Francisco Ferreira Rosa com o intuito de ser candidato a vereador, uma vez que na época não havia possibilidade de reeleição para os cargos executivos renunciou em 25 de abril de 1965 sendo sucedido pelo então presidente da Câmara Arlindo Ferreira da Silva que dias depois foi sucedido pelo prefeito eleito Clementino Francisco de Lima do PSD.

Clementino Lima como era popularmente conhecido já havia sido vereador nas três primeiras legislaturas e eleito vice-prefeito em 1960 na chapa de Francisco Ferreira Rosa. Era um cearense que havia chegado a Lajedo em 1943 e se tornado um comerciante bem sucedido. Sempre fiel ao PSD desde as primeiras disputas eleitorais no município, sua indicação a prefeito não causou resistência por parte da militância do partido na cidade. Sua vitória nas eleições de 1965 contra José Firmino Burgos da UDN, um ex-pessedista que inclusive chegou a ser eleito prefeito pela sigla em 1957, foi muito tranquila.

A surpresa nesta eleição aconteceu pela indicação do nome de Francisco Cordeiro Magalhães (Chico Brás) para o cargo de vice-prefeito na chapa de Clementino Lima. Até a eleição de 1960, Francisco Cordeiro pertencia a UDN e havia sido um ferrenho opositor ao PSD em Lajedo sendo inclusive o primeiro candidato a prefeito da sigla em 1949 quando acabou sendo derrotado para o pessedista José Nonato de Oliveira. Filiado ao PSD em 1960, Francisco Cordeiro Magalhães conseguiu se eleger vereador no mesmo ano e já na segunda

---

<sup>33</sup> KOSSOY, Boris, *Fotografia e História*. – 2. Ed. rev. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

eleição ao lado do PSD aparece como indicado ao segundo posto mais alto do executivo municipal, posição que militantes antigos do partido como Arlindo Ferreira da Silva, Manoel de Souza Vilaça e José Vital dos Santos, até o momento ainda não haviam conseguido.

Concluída as eleições de 1965 e saindo vitoriosos, Clementino Francisco de Lima e seu vice Francisco Cordeiro Magalhães se depararam com uma situação política muito favorável. Contavam com maioria do legislativo uma vez que o PSD havia conseguido eleger todos os vereadores do partido. No plano estadual Antônio Dourado era Deputado, e o PSD na cidade estava ao lado do governador Paulo Guerra.

Paulo Guerra havia sido eleito vice-governador em 1962. Quando Miguel Arraes foi preso pelos militares em abril de 1964 ele assumiu o governo do Estado, apoiou o Regime Militar e o PSD em Lajedo apoiou a sua decisão. Como falamos anteriormente, a aliança PSD/Lajedo e Miguel Arraes havia sido fruto de conveniência política, isso por que seu principal líder Antônio Dourado era contrário aos ideais defendidos por Arraes. Bastou apenas à figura de Arraes sair do cenário político e o PSD voltou a suas bases. Dessa maneira, a ligação dos pessedistas com Paulo Guerra, a realização da Marcha da Família, às palavras de Severino Ramos Martins na reunião da Câmara em 10/05/1964 e o Projeto de Lei nº 07/08 de autoria do vereador José Cândido não deixa dúvida sobre o caminho político que o PSD estava tomando após a instauração da ditadura.

A atitude final veio depois da promulgação do AI (Ato institucional) nº 2, em outubro de 1965, que dentre outros dispositivos um deles extinguiu todos os partidos políticos até então existentes, passando a existir apenas dois: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) partido que apoiava o governo dos militares, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que seria o partido de oposição.

Com o AI nº 2, o PSD deixou de existir e suas lideranças e toda a militância tiveram que migrar pra um dos novos partidos políticos. E a sigla partidária escolhida foi a ARENA. Mas não apenas os pessedistas. Os udenistas também migraram para a ARENA. Isso mesmo, todos os pessedistas e udenistas se filiaram ao partido de apoio ao Regime Militar formando neste momento uma única frente política. O principal líder da ARENA era Antônio Dourado.

Durante sete anos, políticos que viviam se maltratando nos palanques, instigando a população a defenderem seus líderes com unhas e dentes, agora davam as mãos em favor do Regime Militar.

A partir de então não existia mais oposição e situação, todos estavam unidos pelos ideais de direita que sempre defenderam. O regime militar serviu como elemento agregador

na política local. Isso não quer dizer inexistência de conflitos internos, mas o fato de estarem unidos nos proporciona um respaldo diante da afirmativa que fizemos anteriormente de que os partidos PSD e UDN e suas respectivas lideranças nunca divergiam em ideias, o objetivo maior de ambos era o poder.

## **2.2 TUDO SOB CONTROLE**

O cenário político de Lajedo em 1969 não prometia grandes surpresas. Todos sabiam que as eleições municipais teriam apenas um candidato a prefeito. Afinal de contas, desde a promulgação do ato institucional nº 2 em 1965 que extinguiu todos os partidos políticos permitindo que existissem apenas a ARENA e o MDB, todos os políticos lajedenses estavam juntos na ARENA. Dessa maneira, com a inexistência do partido de oposição, os militantes da ARENA, através da indicação de Antônio Dourado, decidiram que o candidato a ser eleito seria Francisco Manoel de Torres (Chico Paulo) e o vice, Manuel de Souza Vilaça.

O nome de Francisco Manoel de Torres foi aceito com tranquilidade não apenas pelo fato de ser indicado pelo líder da ARENA em Lajedo Antônio Dourado, mas também porque ele possuía um histórico na política que lhe oferecia um respaldo para a indicação de ser prefeito da cidade. Além de ser um importante comerciante da cidade, Francisco Manoel radicado no município desde os seis anos de idade, sempre participou ativamente da atividade política municipal. Já havia sido eleito vereador por quatro vezes e presidente da Câmara de vereadores em três oportunidades. Ou seja, contribuiu para o desenvolvimento da cidade não apenas pelas atividades comerciais como pelo exercício da função pública. Entretanto, uma medida tomada pela esfera federal do poder acabou adiando as eleições municipais e por consequência a vitória de Francisco Manoel de Torres.

A intervenção nas eleições municipais de 1969 está ligado primeiramente a promulgação do Ato Institucional nº 5 em 13 de dezembro de 1968 durante o governo do então presidente Artur da Costa e Silva. Considerado o golpe dentro do golpe, o AI-5 foi o quinto decreto emitido pelo governo militar brasileiro e foi considerado o mais duro golpe na democracia pelo fato de ter dado poderes quase absolutos ao regime militar. Dentre as determinações contidas neste ato institucional que poderia afetar o quadro político dos municípios podemos destacar o artigo 2º que concedia poder ao Presidente da República para dar recesso a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas (estaduais) e Câmara de vereadores (municipais). No período de recesso, o poder executivo federal assumiria as funções destes poderes legislativos. O artigo 3º que dava poder ao Presidente da República de

intervir nos estados e municípios, sem respeitar as limitações constitucionais e o artigo 4º que concedia poder ao Presidente da República para cassar mandatos de deputados federais, estaduais e vereadores.

Se com o AI nº 5 o governo federal já passava a intervir de maneira direta nos Estados e municípios, uma lei complementar também chamada de Ato Institucional Número Sete, ou AI-7, editado em 26 de fevereiro de 1969 acabou sendo decisivo pelo fato de ter suspenso todas as eleições até novembro de 1970. Como as eleições municipais estavam marcadas para 13 de abril de 1969, Francisco Manoel de Torres teve que esperar mais um ano para se tornar prefeito de Lajedo e Clementino Francisco de Lima e os vereadores eleitos em 1965 tiveram seus mandatos prorrogados por mais um ano.

Essas medidas do governo federal não eram questionadas pelos políticos do município simplesmente porque eles também eram pessoas do regime, capazes até mesmo de não esquecer a data que marcou o golpe militar de 1964. Uma evidência do que estamos falando está em um requerimento feito pelo vereador Arlindo Cosme da Silva.

Facultada a palavra, o senhor Arlindo Cosme da Silva referindo-se ao transcurso do 6º aniversário da Revolução de 1964, requereu verbalmente que ouvido o plenário fosse consignado na ata, um voto de congratulações a referida data de 31 de março.<sup>34</sup>

Depois de algumas palavras do vereador Ismael Rocha de Melo, o requerimento de Arlindo Cosme da Silva foi para a ordem do dia e acabou sendo aprovado por unanimidade.

Na ordem do dia foi aprovado por unanimidade o requerimento verbal do vereador Arlindo Cosme da Silva, e em consequência fica aqui registrado o voto de congratulações pela passagem do 6º aniversário da Revolução de 31 de março de 1964.<sup>35</sup>

Com a chegada do ano de 1970 e sem nenhuma alteração na chapa para a disputa do poder executivo municipal, Francisco Manoel de Torres é eleito prefeito juntamente com o seu vice Manoel de Souza Vilaça e uma Câmara Municipal totalmente ao seu favor. Isso por que os nove vereadores eleitos Abraão Veloso de Melo, Arlindo Cosme da Silva, Arlindo Ferreira da Silva, Arlindo Gomes da Silva, Francisco Justino de Medeiros, Genival Sebastião da Silva, Ismael Rocha de Melo, José Ferreira Rosa e Sebastião Antônio de Sobral pertenciam

---

<sup>34</sup> Ata de reunião da Câmara de Vereadores em 31/03/1970. Arquivo da Câmara de Vereadores José Vital dos Santos, Lajedo – PE

<sup>35</sup> Ata de reunião da Câmara de Vereadores em 31/03/1970. Arquivo da Câmara de Vereadores José Vital dos Santos, Lajedo – PE

ao único partido da cidade que era a ARENA. Tudo estava sob controle. E era difícil de acreditar que o cenário poderia mudar.

Com mais de vinte anos no comando dos destinos da cidade e em meio às mudanças na estrutura política brasileira que serviram de agregação dos grupos políticos de Lajedo ao mesmo tempo também fez surgir sinais de desagregação do grupo liderado por Antônio Dourado. Com pessoas que antes eram seus opositores dentro do partido, alguns fatos incomuns começaram a aparecer. Nas eleições municipais de 1970 e 1972 os sinais de descontentamento existente no interior do grupo começariam a ficar visíveis.

### **2.3 O JUDICIÁRIO TAMBÉM ESTÁ COM OS MILITARES**

O Regime Militar em Lajedo não contou apenas com o apoio dos políticos. O poder judiciário também deu sua parcela de contribuição ao regime. Um fato que nos faz perceber a influência do governo dos militares também no poder judiciário da cidade ocorreu em maio de 1969.

Vindo de uma festa com os amigos na manhã do dia 19 de maio de 1969, data em que é comemorada a emancipação política do município e passando pela Praça Santo Antônio localizada a poucos metros da Praça Joaquim Nabuco (Praça da Prefeitura) local em que ocorrem as solenidades cívicas do município, Antônio de Oliveira e Silva, poeta, escritor e ativo participante das atividades culturais no município e que já havia exercido a função de secretário da Câmara de Vereadores, contagiado pelo clima de civismo, sentimento relatado por ele mesmo no periódico o Jornal<sup>36</sup>, resolveu prestar uma homenagem a importante data cantando o Hino Nacional. Marcos, um dos amigos que o acompanhava, era músico e estava portando um cavaquinho. Empolgado pela atitude do amigo, Marcos começou a acompanhar Antônio de Oliveira tocando o seu instrumento. A atitude dos dois acabou chamando a atenção dos que passavam pela praça a caminho do hasteamento das bandeiras. Porém, uma das pessoas que estava passando neste momento foi o promotor de justiça Roberto Benjamin. Ao ver e ouvir o que estava acontecendo, o promotor entrou com um processo contra Antônio de Oliveira por subversão e o enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

Lei de Segurança Nacional é uma lei que visa garantir a segurança nacional de um Estado contra a subversão da lei e da ordem. Durante o regime militar, as duas primeiras versões da LSN (a de 1967 e a de 1969) programavam, segundo os juristas, a doutrina de Segurança Nacional influenciada pela Guerra Fria na qual há uma preocupação acentuada em

---

<sup>36</sup> Silva, Antônio de Oliveira e/ **Subversivo**. O Jornal. Ed. 12 Abril de 2011. Arquivo pessoal do autor.

proteger o Estado contra um "inimigo interno". Em nosso caso, naquela conjuntura, pessoas tidas como comprometidas com ideais políticos diferentes daqueles preconizados pelos militares.

Antônio de Oliveira foi intimado. Teve que viajar para Recife para prestar depoimento na 7ª Auditoria Militar. O promotor da auditoria não achando que a lei de segurança nacional havia sido ferida deu seu parecer a favor do arquivamento do processo enquanto que o juiz-auditor insistiu na tese de que a lei havia sim sido ferida, e levou o caso para o Supremo Tribunal Militar. Com um parecer favorável ao arquivamento do procurador-geral Sílvio Barbosa Sampaio igualmente ao promotor da 7ª Auditoria - parecer este conseguido através do relator Eraldo Gueiros Leite - e adesão de outros ministros como Sílvio Moutinho, Antônio de Oliveira se viu livre do processo que marcaria a sua vida.

O caso ganhou grande repercussão sendo noticiado em vários jornais e inclusive na edição da Revista Veja que intitulou a matéria como o Cavaquinho e a Lei de Segurança Nacional.<sup>37</sup>

Contudo, as contribuições dos agentes políticos da cidade para com o Regime Militar continuaram através de projetos de lei como o 480 de 1973, que denominou três ruas com o nome de generais presidentes como: Humberto Castelo Branco, Artur da Costa e Silva e Presidente Médici.<sup>38</sup>

Utilizamos esses diferentes fragmentos para caracterizar o quadro político da cidade após o regime militar porque como nos afirma Solange Ferraz, “só por meio da recorrência é possível aferir o alcance de determinadas soluções formais e temáticas socialmente adotadas.”<sup>39</sup> E as fontes analisadas até o momento já nos mostram a presença direta do regime militar brasileiro na cidade de Lajedo, bem como a contribuição que os agentes públicos através da execução das normas do regime deram para a consolidação e manutenção do governo militar por duas décadas.

---

<sup>37</sup> **O cavaquinho e a lei de Segurança Nacional.** Revista Veja. Ed. 68 de 24/12/1969. Arquivo pessoal do autor.

<sup>38</sup> Ata de projetos de lei da Câmara de Vereadores José Vital dos Santos. Arquivo de Câmara de Vereadores José Vital dos Santos, Lajedo – PE.

<sup>39</sup> LIMA, Solange Ferraz de. Fotografias: usos sociais e historiográficos. (in) O historiador e suas Fontes/ Carla Bassanezi Pisky, Tania Regina de Luca. (Org) Editora: Contexto.

### CAPÍTULO III

#### NOVAS FORÇAS POLÍTICAS, E O REGIME MILITAR

*“A memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi salvando-o da perda total.” (Marilena Chaui)*

As eleições municipais de 1972 em Lajedo dificilmente serão esquecidas. Depois delas, a política lajedense não seria mais mesma. O regime militar mais do que possuir uma base de apoio na cidade, conseguiu reunir todas as lideranças políticas lajedenses em um mesmo palanque. No entanto, acreditamos que a união ocorrida em 1965 acabou sendo à base de desagregação do grupo liderado por Antônio Dourado.

O bipartidarismo do regime militar e os ideais compartilhados por pessedistas e udenistas havia feito com que lideranças políticas que lutavam pelo poder se unissem em um único partido, a ARENA. Contudo, se, enquanto opositores, as lideranças da antiga UDN já demonstravam hostilidade a Antônio Dourado, sua presença dentro do grupo começou a minar a liderança do chefe político e não muito tarde as divergências vieram acontecer. Qualquer pessoa um pouco mais atenta já suspeitaria que essa união não fosse durar muito tempo. Afinal, os antigos opositores de Antônio Dourado, antes da criação da ARENA, jamais aceitariam ficar submissos às suas decisões eleição após eleição. E foi exatamente o que aconteceu. Em 1972, de maneira discreta, formou-se um subgrupo dentro da ARENA, disposto a resistir com intensidade às indicações feitas por Antônio Dourado, que não estivesse de acordo com seus interesses.

Ao se aproximar a convenção do partido para as eleições de 1972, em uma reunião com membros da sigla, o líder da ARENA indicou José Ferreira Rosa como candidato a prefeito e Arlindo Ferreira da Silva o vice. Uma insatisfação tomou conta do subgrupo que defendia o nome de Arlindo Ferreira da Silva para encabeçar a chapa para prefeito. O fato era que, mesmo tendo sido eleito vereador em 1970 e ser filho do ex-prefeito, Francisco Ferreira Rosa, José Ferreira Rosa não possuía o histórico de prestação de serviços e experiência na vida pública que possuía Arlindo Ferreira da Silva que, além do respeito perante toda a população também sempre havia se dedicado ao desenvolvimento da cidade desde sua emancipação política. Não bastasse, foi eleito vereador quatro vezes, sendo uma delas na primeira eleição municipal, presidente da Câmara de Vereadores e prefeito em 1965, por vinte e cinco dias, em virtude do afastamento de Francisco Ferreira Rosa que no mesmo ano se candidatou ao cargo de vereador.

Embora tenha sido curto o período que teve para administrar, os dias da cidade sob a administração de Arlindo Ferreira são considerados bastante progressistas como é citado por José Paulo Barbosa:

Sendo Presidente da Câmara assumiu o exercício de prefeito por um curto período de tempo. Mesmo assim mostrou autonomia. Fez a praça a qual deu o nome de seu pai, deixou bem principiada a Praça Pacheco de Medeiros, bem como bueiras e outros serviços menos importantes que deixo de mencionar. Dentro de sua administração conquistou a simpatia do povo e ainda mais dos seus funcionários, demonstrando assim sua capacidade de trabalho sabendo dar o necessário a sua terra que lhe serviu de berço.<sup>40</sup>

Neste sentido, percebemos que o subgrupo que estava se formando dentro da ARENA e que defendia o nome do Arlindo Ferreira para ser candidato do partido nas eleições de 1972 e conseqüentemente se eleger prefeito, já que não havia oposição na cidade, consideravam que ele havia feito por merecer. Todavia, Antônio Dourado e sua militância mais fiel resistiram.

Acreditamos que uma das explicações para essa resistência ao nome de Arlindo Ferreira da Silva pode estar justamente nas palavras de José Paulo Barbosa.

Ao discorrer sobre a administração de Arlindo Ferreira, José Paulo Barbosa deixa claro o carisma que ele desfrutava junto à população e até mesmo entre os funcionários da prefeitura. Esse fator é importante para entendermos o sucesso obtido por Arlindo Ferreira nas eleições municipais que pleiteava. E um homem com tanto prestígio diante da população não sendo o líder do grupo não é interessante. Para Antônio Dourado, Arlindo Ferreira poderia representar uma ameaça a sua liderança, e para qualquer líder que pretende manter-se como o centro das decisões de um grupo anular a evidência de outro nome acaba se tornando o primeiro passo. Dessa maneira, a decisão inicial foi mantida. José Ferreira Rosa foi confirmado candidato da ARENA a prefeito e Arlindo Ferreira acabou sendo o seu vice. Contudo, as divergências internas da ARENA chegavam a um ponto de levar o partido a uma cisão. Entretanto, as ações do subgrupo em 1972 se iniciaram nos bastidores da campanha e na abertura das urnas veio o resultado.

### **3.1 AS ELEIÇÕES DO VOTO BRANCO**

Iniciada a campanha para as eleições de 1972, a ARENA liderada por Antônio Dourado continuou sendo o único partido da cidade. Este fato deixava como certa uma vitória tranquila de José Ferreira Rosa para prefeito e Arlindo Ferreira vice. A vitória aconteceu,

---

<sup>40</sup> BARBOSA, José Paulo. Álbum Histórico de Lajedo.

porém, não foi tão tranquila como se imaginava. Apurada todas as urnas e para a surpresa de muitas pessoas a diferença entre José Ferreira Rosa e os votos brancos foi de apenas 600 votos. O que teria acontecido?

Insatisfeitos com o nome de José Ferreira Rosa, percebendo o desgaste que estava ocorrendo com a liderança de Antônio Dourado diante da população e tendo membros que antes do regime militar faziam parte da UDN, partido opositor ao PSD, um grupo liderado por Altino Correa de Moraes, Lídio Cosme da Silva e seu irmão Arlindo Cosme da Silva este vereador eleito em 1965 pelo antigo PSD e em 1970 pela ARENA, além de outros militantes, todos, neste momento, filiados a ARENA, começaram a fazer uma campanha às escondidas, - uma vez que temiam uma retaliação de Antônio Dourado - pedindo para que as pessoas votassem em branco.

Como Arlindo Cosme havia sido eleito vereador duas vezes com o apoio de Antônio Dourado já que ele também indicava os candidatos a vereador que acabavam sendo eleitos, ele e seu irmão Lídio Cosme fizeram uma campanha sem tanta exposição.

O que nos chama a atenção neste episódio é que o próprio candidato a vice-prefeito Arlindo Ferreira da Silva apoiou, embora de forma bem discreta a campanha do voto branco. Discreta porque, mesmo tendo ficado profundamente revoltado com o veto a sua candidatura a prefeito – algo que para ele sempre havia sido um sonho – Arlindo Ferreira era funcionário da receita estadual e ficou com receio de está abertamente contra Antônio Dourado pelo fato deste, através de seu conhecimento e seu poder já que era Deputado estadual, pedir sua transferência para outro município e lhe afastar da terra que tanto ama.

Altino Correia de Moraes presidente de uma cooperativa de produtos agropecuários e candidato a vereador nesta eleição não se intimidou. Foi para as ruas, se declarou publicamente como opositor a Antônio Dourado e participou ativamente da campanha voto branco.

O objetivo da campanha era fazer um protesto a candidatura de José Ferreira Rosa e principalmente a liderança política de Antônio Dourado que perdurava desde a emancipação política do município. Porém, interpretamos que o resultado da campanha “voto branco” também serviria ao subgrupo como um diagnóstico com relação à possibilidade de romper de vez com Antônio Dourado e logo em seguida estruturar um grupo para concorrer à prefeitura nas eleições seguintes. Acreditamos que se a campanha não tivesse obtido o sucesso, dificilmente as lideranças do subgrupo iriam insistir em fazer oposição. Afinal, percebemos que no jogo político um candidato geralmente só se afasta do grupo a que está inserido

existindo as reais condições de chegar ao poder. Ao contrário, acha melhor permanecer onde está. E o resultado foi realmente importante para a decisão de se criar outro grupo político. Porém, não foi apenas o sucesso da campanha “voto branco” que serviu de base para o rompimento da ARENA. Altino Correia de Moraes opositor declarado de Antônio Dourado conseguiu se eleger vereador.

Inconformado com o resultado das eleições e vendo esse grupo ser formado por pessoas que pertenciam a ARENA e que conviviam politicamente e até mesmo cotidianamente dentro de sua casa, Antônio Dourado os chamou de cachorros da boca preta durante a festa da vitória de José Ferreira Rosa. A expressão foi utilizada com a intenção de acusar de traidores os que haviam agido pelas suas costas. Em contra partida, os agora opositores, revidaram chamando o grupo de Antônio Dourado de boca-branca. Passados mais de 30 anos depois de criadas, essas expressões ainda são utilizadas pela população para caracterizar os dois principais grupos políticos existentes na cidade, até o momento.

Passada as eleições de 1972, já era certa a criação de outro grupo político na cidade. E este acontecimento foi anunciado, inclusive, na última reunião do mandato legislativo de 1970 a 1973 da Câmara de Vereadores quando o então vereador Arlindo Cosme da Silva proferiu as seguintes palavras.

Na hora das explicações pessoais, o senhor Arlindo Cosme fazendo as suas despedidas pediu desculpas aos seus colegas e fez algumas considerações a administração do senhor prefeito atual dizendo que ficava encerrada nesta ocasião, sua carreira política, pois não conseguiu o que pretendia. Disse que era desejo seu formar e liderar um novo grupo político na cidade contrário a situação.<sup>41</sup>

Dessa maneira, voltou a existir uma oposição a Antônio Dourado e seus militantes. Só que, desta vez, com uma intensidade jamais vista até o momento na história política do município. No intervalo de tempo entre as eleições municipais de 1972 e 1976 os bastidores ficariam ainda mais agitados.

### **3.2 A LUTA CONTINUA**

As pessoas que haviam empreendido a campanha voto branco e rompido com ARENA sabiam que as coisas não seriam tão fáceis. Embora tivessem um representante na Câmara de Vereadores e soubessem do desejo de mudança da população que havia ficado evidente nas urnas, para disputar as eleições seria necessário conseguir um partido. Em virtude do bipartidarismo, as únicas saídas eram o MDB ou uma sublegenda da ARENA.

---

<sup>41</sup> Ata da reunião da Câmara de Vereadores José Vital dos Santos em 28/01/1973. Arquivo da Câmara de Vereadores José Vital dos Santos, Lajedo – PE

O sistema de sublegendas foi introduzido pelo Ato Complementar nº 26, de 29 de Novembro de 1966 e regulamentado pela lei nº 5.453, de 14 de junho de 1968. A regra beneficiava o partido do governo, ao impedir que o MDB se beneficiasse de eventuais divisões internas da Arena justamente o que aconteceu em Lajedo. O sistema não valia para as eleições proporcionais, mas somente para as eleições majoritárias, isto é, eleições de prefeitos (exceto das capitais dos estados) e senadores, pois, durante a vigência da ditadura, não houve eleição direta de Presidente da República, nem de governadores de Estados ou prefeitos de capitais.

A intenção de ir para o MDB não foi cogitada. A explicação está no fato de que os integrantes do grupo político que estava se formando eram adeptos dos ideais do regime militar e não pretendiam mudar. Com isso, foram à luta em busca da sublegenda ARENA2, o que não foi uma tarefa tão fácil pelo fato de Antônio Dourado utilizando de sua força política tentar a todo custo impedir a instauração de uma sublegenda da ARENA na cidade. Caso conseguisse impedir a legalização da sublegenda a intenção do novo grupo de disputar as eleições de 1976 iriam de água a baixo. Mas, Altino Correia de Moraes que já havia demonstrado não temer Antônio Dourado não desistiu.

Altino Correia de Moraes foi astuto. Percebendo que seria difícil conseguir a sublegenda por conta própria ou dos membros do grupo, recorreu ao Deputado Estadual Osvaldo Rabelo e obteve o apoio que tanto necessitava. Com a ajuda de um Deputado as chances de conseguir a sublegenda aumentavam.

Aproximando-se as eleições municipais de 1976 e vislumbrando uma real possibilidade do grupo dissidente vencer as eleições, Altino Correia e alguns militantes do grupo intensificaram as viagens a Recife para encontrar o deputado Osvaldo Rabelo a fim de conseguir legalizar a sublegenda para então poder registrar a candidatura dos vereadores e dos candidatos a prefeito e vice-prefeito do grupo. Depois de várias viagens a Recife, inúmeras conversas e muitas dificuldades, eles conseguiram a sublegenda da ARENA. Com a conquista, o grupo estava em condições de formar uma chapa para concorrer com o candidato a ser apresentado por Antônio Dourado.

Toda essa luta para conseguir a sublegenda da ARENA foi narrada pelo próprio Altino Correia de Moraes na Câmara de Vereadores anos depois.

Me fazia acompanhado do meu grande amigo Clementino Lima e Dr. João Luiz e dizíamos das dificuldades do nosso município precisávamos de formar um liderança política, éramos e somos filiados a ARENA mas que o comando do diretório local estava nas mãos de Antônio Dourado e que nós não tínhamos acesso aquela agremiação. Passei quatro anos morando em Lajedo mais vivendo em Recife sempre

acompanhado do deputado Rabelo. Fui diversas vezes ao palácio do governo falar com o então governador daquela época Moura Cavalcante e dizer a ele o que estava ocorrendo em Lajedo com referência ao diretório municipal da ARENA. O então governador nos garantiu a sublegenda ou caso contrário intervenção no diretório, mas que eu tinha que ir ao diretório regional solicitar ao presidente Aderbal Jurema a sublegenda. Fui por diversas vezes ao diretório regional sempre acompanhado do deputado Osvaldo Rabelo, depois fui a Brasília e entreguei pessoalmente ao presidente do diretório regional do nosso partido o deputado federal Aderbal Jurema um pedido de intervenção no diretório de Lajedo para que tivéssemos condições de apresentar nossos candidatos.<sup>42</sup>

Antônio Dourado fez tudo o que estava ao seu alcance para que os dissidentes não conseguissem a sublegenda. Porém, só conseguiu fazer com que fossem reduzidas as candidaturas a vereador da ARENA2 de nove para cinco. Sua luta era pra não perder a sua hegemonia política na cidade. Mas, acreditamos que depois das eleições de 1972 ele parecia sentir que teria dificuldades caso tivesse uma chapa que lhe fizesse oposição. Caso isso tenha acontecido, o resultado das eleições mostrou que ele não estava equivocado.

### **3.3 UMA MUDANÇA NOS RUMOS DA POLÍTICA LAJEDENSE**

Com a formação da uma chapa pela ARENA2 em oposição a ARENA1, as eleições municipais de 1976 entraram para a história. Em nenhuma outra disputa pelo poder executivo municipal uma oposição ao grupo liderado por Antônio Dourado havia apresentado tamanha força. A união de maioria dos comerciantes de Lajedo somada ao apoio das camadas mais carentes da cidade levou milhares de pessoas às ruas embaladas pelo discurso de mudança prometido pelas lideranças políticas da ARENA2. Não bastasse a adesão popular, as pessoas que constituíam o palanque da sublegenda eram bastante respeitadas pela população e contavam com histórico na política. Nomes como os de Arlindo Cosme, ex-vereador, Arlindo Ferreira, ex-vereador e então vice-prefeito e até mesmo o de Clementino Francisco de Lima ex-prefeito que teve um governo bem avaliado pela população se caracterizaram como um reforço de peso para o novo grupo. O candidato a prefeito da sublegenda foi o comerciante de cereais e dono de um mercadinho - chamado na época de “bodega” - Lídio Cosme e o vice, seu irmão, Arlindo Cosme.

Lídio Cosme em virtude de suas atividades comerciais era um homem bastante conhecido na cidade e sempre havia demonstrado ser bastante carismático. Embora nunca tivesse concorrido a um cargo público, participou da política local apoiando seu irmão Arlindo Cosme nas duas vezes em que ele se candidatou para vereador. O fato de boa parte dos comerciantes estarem apoiando a ARENA2 e neste momento ele já possuir uma condição

---

<sup>42</sup> Ata de reunião da Câmara de vereadores em 06/04/1979. Arquivo da Câmara de Vereadores José Vital dos Santos, Lajedo – PE

financeira confortável se comparado a outros comerciantes da cidade também contribuiu para a escolha do seu nome. Como o apoio da maioria dos militantes da ARENA2 foi para Lídio Cosme, Altino Correa teve que se contentar em sair novamente candidato a vereador.

Pela ARENA1, o candidato escolhido da vez foi Marcantônio Dourado. Filho de Antônio Dourado, ele estreava na vida pública com a missão de dar continuidade à hegemonia política construída pelo seu pai. Para ser o seu vice foi escolhido o comerciante do ramo de cereais, Manoel de Bitonho.

A eleição foi muito agitada. Em meio a agressões verbais que partiam de ambos os palanques os comícios levavam multidões para as ruas. Um comício chamado chapéu de palha pela ARENA2 levou a população ao delírio. Era uma empolgação que mais do que impressionar também assustava as lideranças políticas e os eleitores da ARENA1 que até então jamais haviam se deparado com uma oposição tão forte.

Foi uma eleição pesada. Até 76 eu nunca tinha visto uma coisa daquela não. Era um Jipe com umas bocas de som pra um lado, música do outro. O povo ia pra os comícios com uma vontade que parece que eu ainda estou vendo aquela multidão tanto de um lado como do outro pulando igual pipoca foi uma eleição marcante.<sup>43</sup>

Enquanto os comícios da ARENA2 era animação por todos os lados, os da ARENA1 embora muito animados volta e meia conseguiam deixar a parecer um sentimento de receio em relação a uma possível derrota que jamais haviam conhecido. Por mais força que os opositores demonstrassem, era difícil para as lideranças da ARENA2 e seus eleitores acreditarem que isso viesse acontecer. Afinal de contas, Antônio Dourado era um chefe político de experiência, seu candidato tinha o seu sobrenome Marcantônio Dourado enquanto Lídio Cosme, mesmo sendo um comerciante bem sucedido, e irmão do ex-vereador Arlindo Cosme, não possuía tradição na política.

É importante ressaltar que os discursos durante a campanha não foram apenas de agressões pessoais. De um lado, a ARENA1 dizia que a população não poderia deixar de eleger o candidato de um grupo que tanto havia feito pela cidade, desde sua emancipação. A ARENA2, por sua vez, pregava uma mudança nos rumos do município que segundo ela estava atrasado e preso as amarras de um líder autoritário que perseguia, maltratava e humilhava as pessoas. Para a ARENA2, era chegada a hora de um novo rumo na política da cidade sem perseguição e sem autoritarismos. Em meio a uma campanha que esquentava a cada dia, a ansiedade pelo dia da eleição e a apuração das urnas era enorme.

---

<sup>43</sup> Entrevista com Lucimar Pereira da Costa, em 30/09/2013.

Essa apreensão permaneceu até o dia da eleição. Iniciada a apuração os líderes das legendas e a população encontravam-se ansiosos pelo resultado final. Até a urna nº 23, Marcantônio Dourado liderava a apuração. Até este momento tudo levava as pessoas crer que ainda não seria dessa que um de grupo oposição a Antônio Dourado venceriam as eleições. Um sentimento de desânimo tomou conta da ARENA2. Mesmo as lideranças do grupo chegaram a desacreditar na possibilidade de vitória. Mas, a apuração não estava encerrada. A partir da urna nº 24, o panorama da apuração começou a mudar. Aberta as últimas urnas, Lídio Cosme tirou a diferença de 154 votos que tinha em desvantagem, passou a frente de Marcantônio Dourado e saiu vitorioso na eleição.

A festa tomou conta da cidade. As pessoas pareciam não acreditar no que estava acontecendo. Estava chegando ao final vinte e sete anos de hegemonia política do grupo liderado por Antônio Dourado. A euforia foi tão grande que um grupo de pessoas se deslocou para a casa de Antônio Dourado, uma fazenda localizada no centro da cidade e tentaram derrubar o muro que dava acesso a residência do, até então, imbatível líder político local.

Foi uma coisa que nunca vou esquecer. Ver aquela multidão subindo pela Rua Dom Pedro II em direção a fazenda. Eu fiquei parado só olhando o que elas iriam fazer. Quando chegaram perto da porteira chega fiquei assustado com o que poderia acontecer, mas, agitaram um bocado e depois foram comemorar em outro lugar.<sup>44</sup>

Os deboches continuaram com passeatas e carreatas. Na maioria dos carros os eleitores amarravam galhos de árvores com o intuito de simbolizar uma Baraúna – árvore de madeira bastante resistente – a qual Antônio Dourado foi comparado em virtude de estar a muito tempo no poder.

Para completar a festa, além de conseguir a prefeitura, a ARENA2 elegeu os cinco vereadores que apresentou. Altino Correa de Moraes, Edson Lucas Vilaça, Manoel Leite Sobrinho, Pedro Rosendo Fernandes e Adelmo Duarte Ribeiro, o mais votado nas eleições de 1976 e, proporcionalmente, o mais votado na história do município. Enquanto isso coube a ARENA1 se conformar com os dois vereadores que conseguiu eleger, Manoel Rosendo Fernandes pai de Pedro Rosendo Fernandes e Sebastião Antônio de Sobral para representá-la no legislativo. A partir de então se iniciava a era Cosme.

---

<sup>44</sup> Entrevista com Ivanildo Joaquim dos Santos, em 25/09/2013.

## CAPÍTULO IV

### APOIO AO REGIME MILITAR E AS NOVAS IDEIAS

*O passado é uma referência da realidade sem a qual o presente é pura irreflexão. (José Carlos Reis)*

Em 31 de janeiro de 1977, os candidatos da ARENA2 tomaram posse dos seus cargos com a presença de várias autoridades como Arlindo Tenório, Promotor Público, Clementino Francisco de Lima, ex-prefeito, Dr. Geraldo Passos, médico, Dr. José Alberto Salgado, dentista, Dr. João Luiz Camurça, médico e Padre Gerbrando, vigário da paróquia. Para o primeiro biênio do legislativo Altino Correia de Moraes foi eleito Presidente e Adelmo Duarte Ribeiro foi escolhido líder do governo pelo prefeito Lídio Cosme.

Embora a administração pública estivesse sob responsabilidade de um novo grupo político, as ligações ao regime militar permaneceram. Se a escolha da ARENA2 em detrimento ao MDB já deixava claro o apoio aos militares, a outorga de títulos de cidadão lajedense a militares continuaram acontecendo.

Aos seis dias do mês de janeiro de 1979 (mil novecentos e setenta e nove) as 20 hs. Realizou-se no salão nobre da Câmara Municipal, sob a presidência do vereador Altino Correa de Moraes. Ao iniciar os trabalhos o Sr. Presidente fez a chamada dos vereadores presentes, havendo quorum suficiente o Sr. Presidente explicou a finalidade que tratava de fazer a entrega do título de cidadão lajedense em nosso município ao Tenente Coronel Luiz Augusto da Silva Tavares do 71º Batalhão de Infantaria Motorizada.<sup>45</sup>

Outro fato que mostra as estreitas ligações dos novos administradores da cidade foi à viagem de um estudante da cidade ao Distrito Federal para a posse do Presidente João Figueiredo, em 1979.

Na época, o Regime Militar já estava bastante desgastado. Os militares com receio de que não tivesse quase ninguém na posse de Figueiredo, fez com que eles solicitassem que cada município do país enviasse um estudante representado sua cidade. Como uns cinco mil municípios no país o risco da posse ser um fracasso diminuiria.<sup>46</sup>

Neste sentido, percebemos que, mesmo com a mudança de governantes, o Regime Militar em Lajedo continuou tendo sua base de apoio. Ao mesmo tempo, percebemos também através das palavras de Luiz Ferreira, o quanto as pequenas cidades do Brasil foram importantes para a manutenção do Regime Militar.

---

<sup>45</sup> Ata de reunião da Câmara de Vereadores em 06/01/1979. Arquivo da Câmara de Vereadores José Vital dos Santos, Lajedo – PE.

<sup>46</sup> Entrevista com o senhor Luiz Ferreira da Silva. 10/10/2013

#### 4.1 UM, DOIS, TRÊS, QUATRO

Ao se aproximarem as eleições municipais que seriam realizadas no ano de 1980, duas decisões do governo federal acabaram mudando o rumo das coisas. Uma foi o retorno do pluripartidarismo e a outra a prorrogação das eleições municipais para 1982.

O pluripartidarismo foi aprovado através da Lei Federal nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Com isso, a ARENA se transformou no Partido Democrático Social (PDS), que continuava apoiando o governo e o MDB se transformou no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que contava com opositores do regime. Mas, ele também deu origem a novos partidos como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) PT (Partido dos Trabalhadores) PDT (Partido Democrático Trabalhista) PP (Partido Popular).<sup>47</sup>

Com o retorno do pluripartidarismo no país, os grupos políticos de Lajedo migraram para o PDS, mantendo apoio ao Regime Militar. No entanto, como existia a possibilidade do PDS possuir sublegendas, o grupo Dourado passou a ser o PDS1 e grupo Cosme PDS2. Só que neste momento, o cenário político de Lajedo passou a contar com um terceiro partido que foi o PMDB.

Na realidade, antes de se tornar PMDB algumas pessoas da cidade já haviam se reunido e instalado uma comissão provisória do MDB em 1978 que teve como líder Irineu Barbosa. Até o início da década de 1980, as reuniões do MDB aconteciam na casa dos seus militantes, mas de maneira bem discreta, pois, em virtude dos componentes da legenda estarem indo contra a ideologia dos principais grupos políticos da cidade na época ARENA1 e ARENA2, eram chamados de comunistas e acabavam temendo algum tipo de represália. Com o abrandamento do regime durante o governo do presidente João Figueiredo e a consolidação do crescimento do MDB no cenário nacional, os militantes do PMDB deixaram o receio de lado e passaram a participar mais ativamente da política local. Com o PMDB, a cidade de Lajedo passou a ter pela primeira vez um grupo político contrário ao regime militar.

Se três partidos políticos na cidade já era novidade, também no início da década de 1980 os lajedenses passaram a ter como opção um quarto partido, o PDS3. Seu principal líder? O vereador Altino Correa de Moraes. Depois de ter sido um dos pioneiros da criação do grupo político batizado de boca-preta, grupo este que acabou com vinte e sete anos de hegemonia política do grupo de Antônio Dourado, Altino Correa agora rompia com as lideranças do agora PDS2. Ele instalava mais uma sublegenda do partido fazendo com que o

---

<sup>47</sup> [www.brasilecola.com/politica/partidos-politicos](http://www.brasilecola.com/politica/partidos-politicos). - 20/12/2013.

cenário político da cidade passasse a ter quatro partidos políticos algo inédito até então no município.

Ao se aproximar as eleições gerais de 1982 os partidos começavam a se reunir para decidir quem seriam os candidatos a prefeito e vereadores. Pelo PDS1 Antônio Dourado voltou a apresentar seu filho Marcantônio Dourado que já havia sido derrotado para Lídio Cosme na eleição anterior. O PMDB também entrou na disputa pelo poder executivo municipal e lançou o nome de Jota Vilaça para ser o candidato a prefeito da sigla.

Jota Vilaça era uma pessoa que já havia tido laços com Antônio Dourado entre o final da década de 1950 e início da de 1960 chegando inclusive a ser diretor do periódico “A Voz de Lajedo” jornal que era utilizado para fazer propagandas do PSD e chacota dos militantes da UDN. Nos anos finais da década de 1970, Jota Vilaça reunia-se de maneira bastante discreta com alguns amigos no intuito de formar um grupo com ideologias ligadas ao PCB. Como era inviável ter o PCB, pois durante o Regime Militar o partido permaneceu na ilegalidade e mesmo com o retorno ao pluripartidarismo o PCB ainda continuou sendo considerado um partido clandestino, Jota Vilaça e seus amigos se filiaram ao PMDB.

No PDS2 os ânimos estiveram bastante agitados. Com o objetivo de se manter a frete dos destinos da cidade os militantes do partido enfrentaram dificuldades na hora de decidir quem seria o candidato da sigla. Alguns imaginavam que seria a vez de Altino Correa de Moares. Mas, o líder do partido, o prefeito Lídio Cosme da Silva já não tinha dúvidas, o candidato seria Adelmo Duarte Ribeiro.

Adelmo Duarte havia sido o vereador mais votado nas eleições de 1976. Muito carismático, a cada dia que se passava durante o seu mandato legislativo sua popularidade crescia e junto a ela sua força política. Além disso, foi um vereador muito atuante na Câmara. Porém, acreditamos que, mesmo com carisma e popularidade somadas a um bom trabalho, Adelmo Duarte também contou com uma ajuda muito importante do prefeito Lídio Cosme que tinha uma administração muito bem avaliada pela população. Lídio Cosme havia escolhido Adelmo Duarte para ser líder do governo. Os projetos apresentados e aprovados na Câmara por ele sempre acabavam sendo sancionados. E é justamente esse apoio que pode ser uma das explicações para as diversas disputas entre Adelmo Duarte e Altino Correa na Câmara de Vereadores. Coincidência ou não quando Altino Correa teve a confirmação de que o candidato do grupo seria Adelmo Duarte ele rompeu com o grupo e foi em busca de outra sublegenda do PDS.

A análise que fizemos com relação ao apoio de Lídio Cosme a Adelmo Duarte e consequentemente a escolha de seu nome para ser o candidato do PDS2 é a seguinte. Altino Correa sempre demonstrou ser um homem com objetivos definidos e muito bem informado. Também possuía conhecimento com políticos importantes como o deputado estadual Osvaldo Rabelo e o deputado federal Josias Leite. Sua luta para conseguir a sublegenda da ARENA deixou clara sua determinação. Com essas virtudes, tornava-se uma ameaça a liderança política que estava sendo construída por Lídio Cosme. Já Adelmo Duarte, embora com uma potencial força política era um homem muito fiel ao seu padrinho político.

## **4.2 AS ELEIÇÕES DE 1982**

Com a entrada do PMDB no cenário político da cidade e a instalação de outra sublegenda do PDS, as eleições municipais de 1982 em Lajedo tiveram quatro candidatos na disputa pelo poder executivo. Marcantônio Dourado pelo PDS1, Adelmo Duarte do PDS2, Altino Correa de Mores representando o PDS3 e Jota Vilaça do PMDB.

Marcantônio Dourado que já havia sido candidato em 1976 pela então ARENA1, tinha naquele ano a missão de retomar a hegemonia política do grupo liderado por seu pai Antônio Dourado, mas vimos que não foi possível. Agora, seis anos depois entrava na disputa em busca de retomar o poder para impedir uma nova vitória do grupo liderado por Lídio Cosme.

Por sua vez, Adelmo Duarte tentava consolidar a força política de seu grupo através de uma segunda vitória que os proporcionariam mais tempo para mostrar a população os resultados obtidos com sua forma de administração. Para isso, contava com todo o apoio do prefeito Lídio Cosme que neste momento contava com bastante apoio popular em virtude de ter sua administração bem avaliada pela população.

Já Altino Correa de Moraes foi à luta para fazer com que um terceiro partido vencesse as eleições depois de muitos anos de domínio de Antônio Dourado, e apenas seis anos do grupo Cosme que, neste momento, estava nas graças da população. Mesmo consciente das dificuldades e de sua busca por um feito quase que impossível ele não se intimidou e encarou a disputa.

O nome de Jota Vilaça nas eleições teve uma particularidade interessante pelo fato de ter sido a primeira candidatura ao executivo municipal de um partido voltada para a ideologia de esquerda. Mesmo diante do crescimento que a sigla vinha conseguindo desde as eleições estaduais de 1974, os peemedebistas em Lajedo esbarraram com toda uma estrutura

ideológica voltada para a direita que tinha sido construída ao longo de toda a história política do município, primeiro com o grupo Dourado e agora com o grupo Cosme.

O resultado dessa inédita eleição em Lajedo teve Adelmo Duarte do PDS2 eleito com uma larga vantagem sobre Marcantônio Dourado do PDS1, Jota Vilaça em terceiro lugar e Altino Correa de Moraes em quarto lugar. Surpresa aconteceu na composição do Legislativo. Dos nove vereadores eleitos cinco pertenciam ao PDS1; Abraão Veloso de Melo, Antônio Rosendo Fernandes, José Rufino de Melo Silva Filho, Reinaldo Ferreira de Melo e Sebastião Antônio de Sobral e apenas quatro do PDS2; Arlindo Gomes da Silva, José Alberto de Freitas Salgado, Luiz Ferreira da Silva e Manoel Leite Sobrinho. Desse modo, Adelmo Duarte e seu vice Edson Lucas Vilaça tiveram que governar com a minoria na Câmara.

Neste mesmo ano ocorreram as primeiras eleições diretas para os governos estaduais, desde o golpe militar de 1964. Em Pernambuco, os candidatos que entraram na disputa pelo poder executivo estadual foram Roberto Magalhães, pelo PDS e Marcos Freire, pelo PMDB. Em Lajedo, Roberto Magalhães que foi o candidato apoiado pelo regime militar obteve apoio de três dos quatro grupos políticos. O PDS1, o PDS2 e o PDS3. Já Marcos Freire contou com o apoio do PMDB e de um jovem rapaz chamado Adelmo Torres.

Filho do respeitado farmacêutico lajedense Adenor Torres que já havia sido militante da UDN, Adelmo Torres desde a infância já demonstrava interesse pela política. Mesmo tendo seu pai sido ligado à ideologia de direita ele sempre foi simpatizante das ideias de esquerda. Em 1982 mesmo estando um pouco afastado de Lajedo, pois estava cursando Direito em Recife procurou participar ativamente da política local. Anos depois, participou da formação da comissão provisória do PSB (Partido Socialista Brasileiro) em Lajedo, e foi ativo militante em apoio à candidatura de Lula nas eleições presidenciais de 1989. Nunca tendo se curvado aos principais grupos políticos de Lajedo, fez fortes críticas a administração municipal principalmente no segundo mandato de Lídio Cosme entre 1989 e 1992. Não bastasse, contribuiu na organização de vários sindicatos na região e foi candidato a prefeito de Lajedo pelo PT (Partido dos Trabalhadores) em 1992 com um programa de governo inovador. Esse breve histórico de lutas que estamos narrando fizeram de Adelmo Torres a maior representação política voltada para a ideologia de esquerda conhecida até hoje na história do município.

Com a vitória de Roberto Magalhães para o governo do Estado de Pernambuco, Adelmo Duarte administrou a cidade durante quatro dos seis anos que durou seu primeiro

mandato tendo apoio do executivo estadual, de Osvaldo Rabelo na Assembleia Legislativa e de Josias Leite no Congresso Nacional.

Passada as eleições gerais de 1982 que trouxeram novamente as eleições diretas para os governos estaduais, os brasileiros iriam à luta buscando o direito de votar para presidente da república, por isso empreenderam a campanha que ficou conhecida como Diretas Já.

Reconhecida como uma das maiores manifestações populares já ocorridas no país, as “Diretas Já!” foram marcadas por enormes comícios onde figuras perseguidas pela ditadura militar, membros da classe artística, intelectuais e representantes de outros movimentos militavam pela aprovação do projeto de lei do deputado Dante de Oliveira. Em janeiro de 1984, cerca de 300.000 pessoas se reuniram na Praça da Sé, em São Paulo. Três meses depois, um milhão de cidadãos tomou o Rio de Janeiro. Algumas semanas depois, cerca de 1,7 milhões de pessoas se mobilizaram em São Paulo.<sup>48</sup>

Mesmo realizando uma enorme pressão para que as eleições diretas fossem oficializadas, os deputados federais da época não se sensibilizaram mediante os enormes apelos. Com isso, por uma diferença de apenas 22 votos e um vertiginoso número de abstenções, o Brasil manteve o sistema indireto para as eleições de 1985. Para dar a tal disputa política uma aparência democrática, o governo permitiu que civis concorressem ao pleito.

Com o fim do sonho das eleições diretas, restava ainda a eleição indireta, quando dois civis disputariam o cargo. Paulo Maluf (PDS) e Tancredo Neves (PMDB) foram os indicados. Com o apoio das mesmas lideranças das “Diretas Já!” Tancredo Neves venceu a disputa.

A campanha das “Diretas Já” em Lajedo, pelo que pesquisamos, não teve tanta repercussão, o que era de se esperar pelo fato dos principais grupos políticos da cidade serem ligados ao Regime Militar. Apenas Adelmo Torres costumava usar uma camisa que continha frase “Quero votar para Presidente.”

Com a saída dos militares do cenário político nacional, o grupo Cosme manteve sua linha voltada para os ideais de direita, migrando para o PFL (Partido da Frente Liberal), o grupo Dourado rumou para o PMDB e já em 1986 apoiava Miguel Arraes para governador de Pernambuco, enquanto Altino Correa de Moraes se afastava da política local. Em 1987, Romildo Nonato, Armando da Silva Simões, Josias Galeno Santiago de Oliveira, Adalgiza da

---

<sup>48</sup> <http://www.brasilecola.com/história> - 12/01/2014

Silva e Gilmar Tomazela da Silva, formaram uma comissão provisória do PSB (Partido Socialista Brasileiro) que teve Adelmo Torres como primeiro presidente.<sup>49</sup>

Com o fim do Regime Militar, o sistema político do Brasil voltou a ser democrático. Em Lajedo, mesmo com surgimentos de outros personagens políticos com ideais de esquerda a política local continuou polarizada entre Cosme e Dourado. Diante desse cenário, acreditamos que se o Regime Militar no Brasil tivesse perdurado por mais tempo em Lajedo ele poderia contar com uma forte base de apoio.

---

<sup>49</sup> Declaração de formação da Comissão Provisória do PSB em Lajedo. 09/09/1987. Acervo particular de Adelmo Torres.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo que realizamos através da análise criteriosa de toda a documentação ao qual tivemos acesso bem como dos relatos orais que também foram de extrema importância para a compreensão do nosso objeto de estudo, percebemos que o regime militar brasileiro esteve presente na cidade de Lajedo com bastante intensidade. As palavras de apoio ao regime pelos vereadores, a realização da “Marcha da Família Com Deus pela Liberdade”, a filiação das principais lideranças políticas da cidade na ARENA, entre outros exemplos, presentes neste trabalho, nos possibilitam ter uma perspectiva do raio de alcance que administração dos militares teve em uma pequena cidade do interior de Pernambuco.

Porém, pudemos notar que não foram apenas os agentes políticos que estiveram ao lado dos militares. A sociedade, fiel as suas lideranças políticas e, também, o poder judiciário, por meio de alguns de seus funcionários, deram a sua parcela de contribuição para o estabelecimento e manutenção da nova ordem.

Neste sentido, vemos que a cidade de Lajedo não foi apenas passiva e sim bastante ativa na formação de uma base de apoio ao regime militar, que, em alguns momentos, executou suas práticas e contribuiu através de palavras de apoio e denominação de ruas para a construção de um imaginário popular que até os dias de hoje vê o governo dos militares como um exemplo a ser seguido. Ou seja, a cidade não foi apenas vítima da administração dos militares, ela também foi importante para a consolidação do regime.

O exemplo de Lajedo nos fez pensar o quanto as pequenas cidades do interior foram relevantes para a permanência dos militares por duas décadas. Percebemos que, mesmo quando nos grandes centros urbanos do país - São Paulo, Rio de Janeiro e Recife - o regime começava a perder apoio com vitórias do MDB, principalmente a partir do ano de 1974, em Lajedo o apoio ao regime continuou, mesmo com a volta do pluripartidarismo, quando os grupos políticos mais fortes da cidade migraram para o PDS que era o partido de apoio ao regime.

Dessa maneira, o estudo dos micro-espacos acaba se tornando fundamentais para a compreensão de um contexto macro e como nos diz Hebe Castro, possibilita a formulação de novas problemáticas.

## FONTES PRIMÁRIAS E BIBLIOGRAFIA

### Fontes Primárias:

- 20 Atas da Câmara de vereadores José Vital dos Santos. Lajedo – PE
- 01 Ata de fundação da comissão provisória do PSB – Acervo pessoal de Adelmo Torres
- 02 Cartas escritas por Antônio José de Siqueira em 1960 – Acervo pessoal de Adelmo Torres
- 11 Jornais “A voz de Lajedo”. - Acervo pessoal de Adelmo Torres

### Referências Bibliográficas:

**ABREU E LIMA**, Maria do Socorro de. Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, Partidos, Projetos. – Recife: Editora Universitária da UFPE: Editora Oito de Março, 2005.

**BARBOSA**, José Paulo. Álbum histórico de Lajedo.

**BOUTIER**, Jean. e **JULIA**, Dominique. Passados recompostos; campos e canteiros da história/ tradução de Marcella Mortara e Ana Maria Skinner. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998.

**BURKE**, Peter.(Org.) A escrita da história: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora UNESP, 1992.

**CARDOSO**, Ciro Flamarion e **VAINFAS**, Ronaldo. (orgs.) Domínios da história: ensaio de teorias e metodologia. – Rio de Janeiro: Campus 1997.

**COELHO**, Fernando Vasconcellos. Direita, Volver: O Golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004.

**CARTER**, Miguel. (org.) Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil/ tradução de Cristina Yamagami. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

**DELGADO**, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades.

**DIAS**, Paulo Henrique. Lajedo uma história de lutas conquistas e glórias. – Recife: Ed. do autor, 2013.

**FERREIRA**, Jorge e **DELGADO**, Lucília de Almeida Neves (orgs.) O Brasil Republicano

**FERREIRA**, Jorge e **REIS**, Daniel Aarão. Orgs. - Revolução e democracia (1964) / As esquerdas no Brasil. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

**FERREIRA**, Jorge. Revista Brasileira de História. Vol. 24 – São Paulo, 2004

**HELLER**, Agens. O cotidiano e a História

**LOWY**, Michael. A guerra dos deuses: religião e política na América Latina; tradução de Vera Lúcia Melo Joscelyne. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

**O Jornal**. Ed. 12 Abril de 2011. Arquivo pessoal do autor.

**PESAVENTO**, Sandra Jatahy. História e História Cultural. \_\_– 2 Ed.1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

**PISKY**, Carla Bassanezi e **LUCA**, Tania Regina. (Org.) O historiador e suas Fontes/ Editora: Contexto.

**REVEL**, Jaques. Jogos de escalas: a experiência da micro-análise; tradução Dora Rocha. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

**Revista de História da Biblioteca Nacional** Ed. 83 agosto de 2012 – Ed. 90 março de 2013.

**Revista Veja**. Editora Abril – 24/12/1969.

**SILVA**, Ana Paula Nascimento da. Lajedo (PE): uma narrativa sobre os 60 anos de sua vida política. Olinda, Livro rápido, 2010.

**SCHIDT**, Mario Furley. Nova história crítica. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Nova geração, 2002.

**TELES**, Edson e **SAFARTLE**, Vladimir (Orgs.). O que restou da ditadura: A exceção brasileira /– São Paulo: Boitempo, 2010.

#### **Fontes eletrônicas.**

<http://www.mises.org.br>. A filosofia política de Étienne de La Boétie. Murray N. Rothbard,

[www.brasilecola.com/politica/partidos-politicos](http://www.brasilecola.com/politica/partidos-politicos).

[www.infoescola.com.br/historia](http://www.infoescola.com.br/historia).